



SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
E CIDADANIA**

PRESIDENTE: LUNA ZARATTINI

TIPO DA REUNIÃO: Audiência Pública
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 22 de junho de 2026

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Apresentações musicais
- Manifestações do público

21874

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Boa noite, pessoal.

- Manifestação do público.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Vocês estão meio fracos. Boa noite, pessoal!

- Manifestação do público.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada.

Quem está mais ao fundo, se quiser pode chegar um pouquinho mais para as cadeiras da frente, ou o pessoal que está de pé, nas laterais. Temos um espaço. Podem vir.

Há alguns companheiros, companheiras, moradores e moradoras da região de Perus, grupos indígenas que estão a caminho. Mas, para não nos estendermos muito, já vamos dar início, montar a nossa Mesa, fazer a nossa abertura.

Quero muito agradecer a presença de cada pessoa presente.

Sou Luana Alves, Vereadora de São Paulo, Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos desta Casa, e vou montar a Mesa com os colegas parlamentares e os movimentos sociais que estão nessa luta.

Declaro abertos os trabalhos da 3ª Audiência Pública da Comissão Extraordinária de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania deste ano, no formato presencial, solicitada através do Requerimento nº 13/2026, de minha autoria, e aprovada por esta Comissão, a realizar-se no Auditório Freitas Nobre, na data de hoje, 22 de junho de 2026, a partir das 17h.

Informo que esta audiência está sendo transmitida ao vivo pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online/auditorio-virtual; pela Rede Câmara SP, canal digital 8.3; e pelos canais da Câmara Municipal de São Paulo no YouTube e no Facebook.

A pauta desta audiência pública é o debate sobre os impactos sociais, ambientais e sanitários relacionados ao projeto de instalação de incinerador no bairro de Perus, denominado Ecoparque Bandeirantes.

Gostaria de perguntar oficialmente se a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente está com alguma representação. (Pausa) Não? Se chegar algum representante de

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: **21874** DATA: **22/06/2026** FL: **2** DE 64

SVMA, a qualquer tempo, pode se dirigir, por favor, à Secretaria da Comissão, ao Sr. Roberto.

Pergunto sobre a Subprefeitura de Perus/Anhanguera. *(Pausa)* Ausente.

Se houver presença, pode se dirigir ao Secretário da nossa Comissão.

Parece-me que os representantes da Loga – Logística Ambiental de São Paulo – estão presentes. Muito obrigada pela presença.

SP Regula? *(Pausa)* Sr. Felipe Hoffmann? *(Pausa)* Ok. Muito obrigada.

Pessoal, eu vou montar a nossa Mesa. E depois a companheira Naiá, representando parte dos povos indígenas que ainda estão a caminho, vai nos ajudar com abertura oficial para montar a nossa Mesa.

Eu gostaria de chamar os colegas parlamentares da Câmara Municipal e também da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, a quem agradeço muito por estarem presentes.

Esta é uma audiência composta por diversos mandatos, diversos parlamentares que estão nessa luta.

Para compor a Mesa, convido a Vereadora Silvia Ferraro, representando a Bancada Feminista do município de São Paulo; a Codeputada Simone, representando a Bancada Feminista Estadual; a Deputada Estadual Monica Seixas, do Movimento Pretas, do qual também faço parte; a Deputada Estadual Rose, do Movimento Pretas; a Natália, Coveadora da Bancada Feminista; e o Vereador Hélio Rodrigues. *(Palmas)*

Conforme os parlamentares – Vereadores, Deputados – forem chegando, vamos compondo.

Agora, para abrir o bloco dos movimentos sociais, vou chamar a Naiá.

Quero apenas lembrar o seguinte: como esta audiência foi composta de forma comunitária, coletiva, foi decidido que os movimentos sociais irão abrir a audiência; e, depois, os parlamentares vão falar.

A Naiá, representando as comunidades indígenas, pode iniciar.

- Apresentação musical.

A SRA. NAIÁ TUPINAMBÁ – Peço licença às autoridades presentes, ao povo de

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21874 DATA: 22/06/2026 FL: 3 DE 64

luta, aos companheiros e às companheiras, para fazer um reconhecimento formal.

São Paulo é a cidade com mais diversidade de etnias indígenas do Brasil. São Paulo é terra indígena e preta. E precisamos reconhecer e abrir esse protocolo formal de reconhecimento dos povos indígenas por esta terra, porque a história está aqui, como todos vocês podem ver.

Estou representando o povo guarani – que daqui a pouco estará chegando –, contra esse projeto do incinerador de Perus, que vai afetar a nossa Mata Atlântica, o nosso bioma, a nossa floresta, a nossa mãe.

Nós, pessoas atlânticas e atlânticos, que nascemos no bioma mais devastado da história do Brasil, que nascemos no bioma mais biodiverso do Brasil, precisamos ser contrários a qualquer projeto que negocie as vidas da floresta, as vidas dos seres humanos e as vidas dos rios e das águas.

Contra o incinerador de Perus!

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Salve nossos povos originários.

Muito obrigada, companheira Naiá.

Quero chamar, para fazer parte da nossa Mesa, a Vereadora Amanda Paschoal.

(Palmas)

Também gostaria de saudar a presença de diversos movimentos sociais: o MTST; o movimento contra o incinerador e o aterro, também presente, com a sua faixa.

Aplausos, por favor. (Palmas)

Bom, para darmos início, já passando para os movimentos sociais, eu gostaria de pedir que a representante ou o representante do MTST já fizesse a sua fala no microfone.

Por favor, companheirada.

A SRA. CAROLINE – Boa tarde, pessoal. Boa tarde, povo de luta!

Eu sou a Caroline, estou representando o MTST, os companheiros da zona Norte, a Ocupação Nova Canudos, o Núcleo Salvadora Lopes, companheiros de tantas lutas. E mais uma dessas lutas é esta frente contra essa proposta de incinerador em Perus.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21874 DATA: 22/06/2026 FL: 4 DE 64

A primeira coisa que precisamos dizer é que nós, do MTST, somos contra essa proposta de incinerador em Perus, e em qualquer outro canto desta cidade, do nosso estado, do país, enfim. Sabemos que essa proposta, em vez de fazer uma escuta ativa da população, está passando de qualquer jeito.

A nossa audiência, aquela audiência *fake* chamada pela Prefeitura e pela Loga, deixou uma série de pessoas do lado de fora, debaixo de chuva. Quem de fato estava querendo se colocar contra essa proposta ficou do lado de fora; e quem foi pago, quem foi chamado ali, daquele jeito meio estranho, ficou batendo palma em favor dessa proposta nessa audiência.

É por isso que construímos uma jornada de luta e de mobilização contra a proposta de incinerador de Perus na forma de audiência popular lá na praça em Perus, com a população, com os parlamentares, com uma série de representantes da sociedade e dos movimentos. E a audiência foi muito potente, grande e expressiva. Depois, fizemos uma audiência na Alesp, chamada pela Deputada Ediane Maria, com outros parlamentares fazendo essa mobilização. E agora estamos com esta audiência na Câmara, para mais uma vez reforçar o quanto estamos contrariados com essa proposta, que demonstra mais uma vez essa agenda de venda da cidade, de venda do estado, de entrega de tudo o que é nosso para a gestão privada, sem a escuta da população, sem a participação popular, com privatizações de parques, com a privatização da Sabesp. É uma série de agendas que não leva em consideração a proteção do meio ambiente, da fauna, dos nossos solos, da nossa população, da nossa população originária do território, quem constrói aquele espaço, quem se articula nas lutas. E isso não está sendo considerado nesses espaços de discussão que a Prefeitura vem promovendo.

Para além disso, eu queria colocar três pontos que eu acho que são centrais e contrários a essa proposta.

Um deles é o impacto direto na economia local da região: catadores e cooperativas locais que utilizam os recursos, os materiais recicláveis, podem sofrer um impacto direto, porque esses materiais serão incinerados no incinerador que está sendo proposto.

O segundo ponto é que não há garantia de que a taxa do lixo não ficará mais cara.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21874 DATA: 22/06/2026 FL: 5 DE 64

Então também é importante que a gente esteja de olho, entendendo de que forma essa proposta vai causar um impacto no lado financeiro da população.

E o terceiro ponto é que essa tecnologia, por mais que a gente escute esse blábláblá que eles colocam aí, não é, de fato, uma tecnologia limpa. Existe uma série de estudos que demonstram que vai causar impacto na poluição da água, dos solos, na saúde da população, nos nossos filhos, em quem está construindo, em quem está próximo, não só ali em Perus, mas numa projeção maior daquela região.

É por isso que mais uma vez venho reforçar que o MTST é contra essa proposta. E vamos seguir nessa luta, nessa jornada que está sendo construída, contra todas as propostas de incineradores, tanto em São Paulo... enfim, em todas as regiões do nosso país.

MTST!

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, companheira. Muito obrigada. É fundamental a posição.

Eu vou chamar agora a companheira Renata, representando o MTST.

A SRA. RENATA – Boa noite, companheirada.

Chegamos correndo. Vou só me apresentar.

Eu estou residente na Comuna da Terra Irmã Alberta e no Território Cultural Okaracy, que fica, mais ou menos, a cerca de 10 quilômetros de onde está o projeto da construção do incinerador, em cima do Aterro Sanitário Bandeirantes.

Quero saudar [esta audiência]. E que a gente possa continuar fortalecendo esses espaços, essas discussões, para brecar esse projeto de incinerador no país. É nesse sentido. E no desenrolar, em que a gente for conspirando, que a gente possa construir os caminhos e as ações a partir dos territórios que estão sendo ameaçados.

É isso. Até já. (*Palmas*)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, companheira Renata.

É fundamental também a contribuição de vocês.

Para darmos sequência às falas dos movimentos sociais que estão envolvidos nessa

REUNIÃO: 21874 DATA: 22/06/2026 FL: 6 DE 64

luta, vou chamar o companheiro Davi Amorim, do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais de Reciclagem.

Companheiro Davi, por favor.

O SR. DAVID AMORIM – Olá, boa tarde, pessoal.

Mais uma vez, estamos na Câmara Municipal falando sobre incineração de lixo. Em vez de estarmos falando das mudanças climáticas, de planos para adaptar as nossas cidades para os eventos extremos que estão acontecendo – muito frio, muito calor –, estamos discutindo dar quatro bilhões para uma empresa multimilionária construir um incinerador de lixo.

A incineração é uma tecnologia ultrapassada em várias partes do mundo – a Europa já não quer mais, os Estados Unidos já não querem mais, a Ásia já não quer mais –, e estamos discutindo trazer esse tipo de tecnologia ultrapassada para o Brasil. Vejam só que absurdo o que a Prefeitura de São Paulo, na gestão do Prefeito Ricardo Nunes, está fazendo com a nossa cidade.

E falamos isso com peso no coração, porque sabemos o quanto a reciclagem – a economia circular – traz benefício para a nossa sociedade. Os catadores de materiais recicláveis são a resposta para cuidarmos melhor do lixo que produzimos na nossa casa.

Os catadores não têm investimento nenhum, são centenas de cooperativas espalhadas na cidade inteira que vivem vendendo o almoço para comprar a janta; trabalham de graça para a nossa cidade. E com o mínimo que os catadores conseguem recuperar das latinhas, do papelão, do plástico, é que pagam as contas – o aluguel, a água, a luz. E a Prefeitura não arca com nada, não paga pelo serviço digno que esses trabalhadores estão fazendo pela nossa cidade, porque economiza matéria-prima, bens naturais, e movimenta a economia.

Cada catador que recebe bem, de maneira justa pelo serviço que está prestando, está movimentando a economia do bairro – o mercadinho, a padaria, a feira local. E estamos impedindo que esse desenvolvimento local aconteça ao implantarmos incineradores, ao colocarmos bilhões de reais na mão de empresas que vão mandar o nosso dinheiro para paraíso fiscal. Por isso, somos contra a instalação de qualquer tipo de incinerador que usa queima, que

REUNIÃO: 21874 DATA: 22/06/2026 FL: 7 DE 64

destrói os resíduos sólidos, em vez de financiar a economia circular, de financiar a regeneração dos resíduos.

Estamos há muito tempo nessa luta: desde 2007, pelo menos, escutamos falar que vão implantar incinerador. E, no Brasil, nenhum incinerador desse modelo que eles querem fazer aqui na cidade de São Paulo foi construído até hoje. E por que, gente? Porque existe uma resistência: a população, quando entende que a incineração é maléfica para a nossa cidade, se levanta e se coloca contra. Então é um tipo de tecnologia impopular aqui no Brasil – impopular em qualquer outra parte do mundo. E, em outros países, os incineradores estão deixando de ser construídos, e muitos estão sendo fechados, pela pressão popular da população.

Então eu quero convidar a nossa sociedade a se levantar e a dizer “não”, não permitir que o *lobby*... A grana que essas empresas estão colocando para convencer a população de que isso vai fazer bem não vai funcionar, porque a sociedade não é boba. Estamos nos levantando e dizendo “não à incineração”.

Ao finalizar, quero, rapidamente, fazer um grito de ordem, para animar a nossa luta.

Lá no movimento gritamos assim: “Vamos reciclar, e não incinerar!”

- Público entoia grito de guerra: “Não, não, não à incineração!”

O SR. DAVID AMORIM – Obrigado, gente. (*Palmas*)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Muito obrigada, companheiro David.

É muito importante a luta dos catadores. E entendemos também essa tentativa de incinerar lixo é um ataque contra os catadores.

Para seguir com o movimento social e com as pessoas que são do território, vou chamar duas pessoas do território em sequência – o Miranda e a Sirlei – para também fazerem uso da palavra, e assim seguirmos a nossa audiência.

Pode vir, companheira. Obrigada.

A SRA. SIRLEI BERTOLINI SOARES – Oi a todos.

Fala potente de todos que passaram por aqui.

Eu sou moradora de Perus desde que eu nasci. Sou conselheira de três conselhos:

REUNIÃO: 21874 DATA: 22/06/2026 FL: 8 DE 64

do Cades, do Conselho do Parque Anhanguera e do Conselho do Refúgio de Vida Silvestre, que é um refúgio superimportante para São Paulo.

Eu fiquei sabendo sobre essa construção da Unidade de Recuperação Energética nesse Conselho do Refúgio. E a gente, por ter essa ciência, teve a oportunidade de se manifestar. Por quê? Porque a Loga entrou com um relatório na Cetesb para aprovar esse empreendimento de incineração – que para a gente “grande negócio” é a denominação apropriada. E o nosso Conselho do Refúgio viu no relatório, apesar de a gente ter tido pouquíssimo tempo para analisar, o impacto que vai ter no refúgio da vida silvestre, o impacto que vai ter na aldeia indígena, o impacto que vai ter nos moradores que moram no entorno desse aterro. Esse relatório diz claramente que vai prejudicar o meio ambiente, que vai prejudicar os animais. Aí a gente formou um movimento grande contra a construção desse negócio, porque a periferia, a sociedade civil da periferia, é organizada. Ela não é mal-informada e nem malformada, como diz o Prefeito, como diz a Loga. A gente é bem formado, a gente não precisava de especialista para dizer que esse incinerador não é uma boa coisa, mas a gente foi procurar os especialistas e viu que não é uma boa coisa. E a gente conhece o nosso território, sabe que tem muita potencialidade – tem aldeia indígena, tem a Mata Atlântica, que tem que ser preservada.

Então a gente é contra a construção desse incinerador, porque vai afetar o meio ambiente, porque é contra a nossa saúde e contra a nossa dignidade como periferia. A gente se coloca contra a instalação dessa URE. E queremos ter o direito ao nosso parque, que está no Plano Diretor.

Além de tudo, a gente colocou o Território de Interesse da Cultura e da Paisagem no Plano Diretor, que foi uma conquista muito importante para o território. Então a gente tem outra noção de território, não é essa noção de instalar o incinerador e reativar o aterro sanitário.

Somos contra. E queremos o nosso parque. *(Palmas)*

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Muito obrigada, companheira Sirlei.

Companheirada, vocês devem ter percebido que o som está baixo — falei aqui com o pessoal da Comissão, eles vão vir olhar —, mas eu peço para que todo mundo que for falar no

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 13

REUNIÃO: 21874 DATA: 22/06/2026 FL: 9 DE 64

microfone tente falar o mais alto possível.

Deu para ouvir bem, Sirlei, mas acho que os companheiros que forem falar agora também deverão dar uma subidinha na voz, para ouvirmos bem, porque estamos num ambiente bem aberto.

Para dar seguimento à audiência, vou chamar um companheiro muito importante dessa luta, o Thiago Guarani, junto com outra companheira.

Pode falar no microfone mais perto, bem altão.

Obrigada, companheiro Thiago.

O SR. THIAGO GUARANI – Salve, meu povo.

- Manifestação do público.

O SR. THIAGO GUARANI – Boa noite a todos.

Bom, vou tentar falar alto, já que nos foi pedido para erguermos a nossa voz.

Eu falei que eu venho de um território matriarcal, porque o nosso povo, o nosso território da Terra Indígena Jaraguá, é reconhecido por ter tido a primeira mulher cacique, que foi minha avó; a primeira cacique do meu povo, específico, porque existiram muitas outras mulheres caciques guarani de muitos outros povos. E eu sempre coloco isso: que minha avó, nesse território hoje demarcado, foi uma referência. E por isso é importante que eu venha aqui, e também as demais lideranças que estão aqui – a minha esposa Txai Suruí, a Becói, nosso parente que está aqui. É muito importante que a gente possa ter esse espaço de fala para explicar a importância de estar aqui hoje.

Para quem não sabe, eu sou da Terra Indígena Jaraguá – a gente gastou mais ou menos uns 30 minutos para chegar aqui. Então estamos em um território que, dependendo do trânsito, é perto. E fazemos parte de um corredor ecológico que se encontra sob uma ameaça muito grande da especulação imobiliária. É Construtora Tenda, é Paiva Ramos, é sei lá qual outra. Esse corredor ecológico vivencia uma ameaça diária. E agora a gente tem a Loga trazendo esse projeto de devastação.

Queria deixar claro que nós, povos indígenas, somos protetores de 15 espécies de

abelhas nativas sem ferrão; somos protetores de animais que estão livres, não estão presos em zoológico – como os cachorro-do-mato, macaco-prego, as aves, as cobras, todos os animais que estão ali. Nós coexistimos com esses animais, e é necessário que vocês possam garantir isso.

Nós estamos em cima do Aquífero Guarani. E se vocês deixarem que essa incineradora aconteça, isso vai significar que a gente não só vai respirar um ar tóxico, mas, quando a chuva vier, a gente vai ter o nosso solo, o nosso lençol freático, o nosso Aquífero Guarani sendo contaminado por chuva tóxica.

Quero deixar claro que nós, povos indígenas, somos sujeitos de direito.

Nós somos sujeitos de direito pela Convenção 169 da OIT, que garante a consulta livre, prévia e formada de boa-fé. E a Portaria Interministerial nº 60/2015 garante, de qualquer tipo de empreendimento ou projeto que impacte uma terra indígena, o Estudo de Impacto Ambiental e Sociocultural com Componente Indígena, que é a nossa participação. E isso não estar sendo feito é um ataque a um direito conquistado pelos povos indígenas.

Hoje, nós não somos tutelados, nós somos sujeitos de direito. E o direito é uma conquista que deve ser efetivada.

Muito obrigado por esse momento aqui.

Boa noite a todos. (*Palmas*)

A SRA. TXAI SURUÍ – Eu sou Txai Suruí, mulher indígena, moradora da Terra Indígena do Jaraguá. E, como Thiago falou, meu esposo, a gente está aqui para lutar pela nossa vida, porque em nenhum momento foram nos consultar sobre esse empreendimento que querem fazer e que colocam como verde. E, dentro da lei, a gente tem que ser consultado, principalmente quando esse impacto vai vir direto para nós.

A Terra Indígena Jaraguá tem aldeias que estão a menos de três quilômetros do local onde querem fazer um incinerador. E, na aldeia, nós somos mãe de todas as crianças; a gente cuida de todas as crianças. E, como mãe dessas crianças que estão lá, penso não só no futuro, mas no presente delas. E também penso nos nossos mais velhos, nas nossas mulheres, também nos nossos guerreiros, que vão ter que respirar ar tóxico se esse incinerador for construído.

Eles dizem que a poluição não vai chegar, que essas toxinas não vão chegar, mas a gente sabe que é mentira, porque sempre quiseram tacar o que é ruim para nós, para o nosso lado, sempre nos colocando, realmente, à margem da sociedade. E isso, como já foi dito aqui, enquanto a gente cuida das florestas, dos rios, das nascentes, dos animais.

São Paulo, que é uma cidade que sofre tanto com a poluição, principalmente a poluição do ar, precisa cada vez mais de árvores e de florestas, não de incinerador, que vai trazer mais ar tóxico para nós. (Palmas) Precisa, cada vez mais, apoiar e fortalecer o trabalho que a gente faz de plantar, de reflorestar, ou, como já foi dito aqui pelos próprios catadores, o trabalho da sustentabilidade. A gente precisa de empregos verdes, de empregos que vão proteger a floresta, que vão trazer mais qualidade de vida para a nossa população, que vão trazer mais parques, mais lugares em que a gente possa ter lazer – porque isso eles vão tirando cada vez mais. É por isso que a gente está hoje também cercado. E se não fosse a nossa presença talvez aquele parque nem existiria mais.

A gente está aqui para dizer não à incineradora, para dizer sim à vida, para dizer sim a um ar puro. E para dizer que nós somos os guardiões da floresta. E que temos o direito de ser consultados. E que a gente não quer mais ar tóxico e lixo para o nosso lugar, e que a gente quer mais apoio.

Sabe do que a gente precisa lá na aldeia? De escola, porque a nossa escola está interditada, as nossas crianças não podem estudar. A gente precisa de mais apoio na nossa saúde. A gente precisa de mais apoio para fortalecer a nossa cultura, para continuar fazendo nossos rituais, para continuar plantando, reflorestando. A gente não precisa de incinerador.

Querem construir incinerador? Que vão construir do lado da casa dos donos da Loga, então. Por que não constroem lá? Por que somente nós devemos lidar com os impactos? A riqueza fica com eles; nós, com a destruição. E isso não aceitamos mais.

Por isso, incineradora, não!

- Manifestação do público.

TXAI SURUÍ – Eté ité! (Palmas)

REUNIÃO: 21874 DATA: 22/06/2026 FL: 12 DE 64

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada.

Meu máximo respeito, Txai Suruí, pela participação.

Mais alguma liderança indígena quer se manifestar?

(NÃO IDENTIFICADA) – Eu me sinto contemplada demais. Acho que é isto: respeitar quem já está aqui lutando. Os guaranis já estão aqui; eu sou tupinambá, sou do sul da Bahia, moro aqui na ocupação. E eu só vim para poder dizer que estou com os meus parentes porque sei o quanto aquele lugar salva vidas. E um lugar que salva vidas não pode ter morte. Incinerador é morte.

Só para dizer: incinerador, não! (*Palmas*)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, companheira.

Convido, para fazer parte da Mesa, a Vereadora Keit Lima, também do PSOL.

(*Pausa*)

Companheirada, vamos passar para a última fala de representante de território.

Lembrando que, ao final, serão abertas as inscrições.

E, seguindo a ordem, como o movimento decidiu sobre os blocos de falas, vamos finalizar com o companheiro Miranda, representando também o território. Depois vamos ouvir os representantes da Loga, porque é muito importante que eles falem; em seguida, os especialistas; e, finalizando, os parlamentares.

O SR. MIRANDA – Salve! Boa noite!

- Manifestação do público.

O SR. MIRANDA – Quem é da quebrada de Perus e Jaraguá levanta a mão aí!

- Manifestação do público.

O SR. MIRANDA – É a quebrada, em peso, ocupando espaço na Câmara Municipal.

Quero saudar a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal: as Vereadoras Luana e Silvia; o Vereador Hélio; a Codeputada Simone; a Deputada Estadual Monica, do Movimento Pretas; as Vereadoras Kate e Amanda; a Covereadora Natália; e nós, manos.

Uma salva de palmas para todo mundo!

- Manifestação do público.

O SR. MIRANDA – Pessoal, que bom que temos uma audiência – que a Loga vai ouvir; já começou a ouvir. Mas agora nós temos que falar sério.

Em pleno século XXI, quando dizem que a inteligência artificial vai fazer um monte de coisas, o pessoal quer usar inteligência artificial para queimar lixo. É sério? No mundo inteiro estão abandonando esse método de destinação de resíduos. Por quê? Porque se sabe – e eu sou metalúrgico, conheço vidreiros e conheço fornos – que, depois que se liga um forno, já era. Para desligá-lo, é preciso refazer tudo. Por isso, quem trabalha em vidraria e tem forno nunca quer desligá-lo.

Depois vem outra conversa – porque eu acompanhei todos os materiais da Loga –: a de que existe um filtro moderno que não vai deixar passar nada; que não vai haver doença, não vai ter nada.

Bom, todos nós conhecemos os contos de Nárnia, da Carochinha e do Lobo Mau.

Tá bom, vamos dizer, então, que existe essa tecnologia. Mas quem vai fiscalizar?

O que aconteceu na Europa é que demoraram quase dez anos para formar técnicos capazes de fiscalizar os filtros, que – depois se soube – não conseguem filtrar um dos principais gases de efeito estufa, o CO₂, porque sua molécula é muito pequena. E já se sabe que mais de 30% do plástico não é reciclável. E em vez de fazermos políticas públicas para obrigar empresas poluidoras – como Nestlé, Unilever e Bunge, essas gigantes – a fazerem a reciclagem, não, vamos queimar lá na periferia, em Perus, perto da floresta, perto dos indígenas e do povo trabalhador!

- Manifestação do público.

O SR. MIRANDA – Desculpem, meus amigos, mas não é verdade, essa solução é atrasada, retrógrada. E já vimos esse filme: no fim, quem morre somos nós.

Portanto, é castigar mais uma vez a periferia, com a conversa de que tudo é moderno e que não vai ter poluição, sendo que a CETESB não consegue nem fiscalizar o que existe hoje, porque não tem técnicos e o serviço público está sendo destruído pelo Governador Tarcísio.

Então, pessoal, vamos falar a verdade. Por que não apostarmos em centros de minicompostagem, em investimentos nas cooperativas, na reciclagem e em políticas públicas de incentivo, inclusive por meio de incentivos fiscais e do IPTU? Por que não investir em reciclagem e na educação da população, incluindo esse tema na grade escolar? Mas, não, vamos gastar uma fortuna para queimar lixo, fazer fumaça tóxica e ferrar o povo trabalhador da nossa região e de todas as periferias.

Não à incineração! (*Palmas*)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, companheiro Miranda.

Pessoal, dois parlamentares estão com uma questão de horário. E se vocês permitirem, eu vou passar rapidamente a palavra para que façam uma saudação. Depois, nós vamos escutar a Loga.

Deputada Estadual Monica Seixas, do Movimento Pretas, por favor, faça a sua fala.

A SRA. MONICA SEIXAS – Licença para chegar.

Olá, gente. Boa noite.

Peço desculpas, pois tenho uma agenda na Assembleia Legislativa às 19h; mas a nossa Codeputada Rose ficará aqui acompanhando a atividade.

Inclusive, a Rose enfrenta, juntamente com o movimento social de Barueri, a proposta de instalação de um incinerador na cidade dela também. São quase uma dezena de incineradores sendo construídos no Estado de São Paulo. E este é um deles.

Mas me chamou a atenção, quando a Luana estava anunciando, porque até então eu desconhecia, o nome escolhido: Bandeirantes.

Que nome simbólico, verdadeiro, descarado...

- Manifestação do público.

A SRA. MONICA SEIXAS – Não podemos dizer que estão mentindo sobre a proposta quando escolhem esse nome para batizar o incinerador.

Aqui atrás temos um exemplo: “Floresceu outrora, às margens do Anhembi, sob a égide de São Paulo Apóstolo, a Vila de Anchieta e Nóbrega. Cresceu, expandiu-se e, mercê dos

REUNIÃO: 21874 DATA: 22/06/2026 FL: 15 DE 64

aventurosos bandeirantes à busca do ouro, índios e diamantes.”

Qual é a história dos bandeirantes no Estado de São Paulo?

- Manifestação do público.

A SRA. MONICA SEIXAS – É uma história de morte e destruição do povo negro e do povo indígena, de desumanização de povos racializados, em busca do enriquecimento de poucos. Então eu achei bem sincero e verdadeiro o nome escolhido para o projeto de incinerador de Perus. Mas, assim como estamos derrubando monumentos em homenagem a racistas, estupradores, violentadores de mulheres e heróis da ditadura militar, também vamos derrubar essa proposta para Perus, São Mateus, Barueri e tantas outras cidades. (*Palmas*)

Vou deixar algumas perguntas, Luana. E peço que depois vocês as repassem aos representantes da Loga.

Gostaria de saber quanto eles cumprem das determinações da Política Nacional de Resíduos Sólidos sobre reciclagem, e de que forma cumprem, porque, há alguns anos estamos desenvolvendo uma política de remuneração pública dos catadores e catadoras. E visitando cooperativas – os representantes que estão aqui não me deixam mentir –, o que eu escuto é que as concessionárias da cidade de São Paulo largam uma meia dúzia de carros, com tudo misturado. E são eles mesmos – sem EPI; sem investimento público; sem remuneração, porque não são pagos para isso – que têm que separar novamente o material.

Esse é o meu caso: eu estou morando em São Paulo agora, e o meu bairro não tem uma cooperativa que o atende. Então, ainda que eu queira separar o resíduo orgânico do resíduo reciclado, eu não tenho como, porque eu não tenho um contêiner, eu não tenho um armazenamento, eu não tenho caminhão específico. Eu faço o esforço de lavar, separar, etc., vai para a rua, e o caminhão de coleta da Loga compacta tudo e leva sei lá para onde – a maioria para aterro sanitário.

Quanto custaria – e por que nunca pensaram? – construir uma política de incentivo à reciclagem no Estado de São Paulo? Porque a construção dos incineradores vai custar alguns bilhões; a sua manutenção também. Por que não ter espaço e educação para a coleta seletiva?

Se eu quiser destinar o meu lixo, onde está o contêiner para os recicláveis? E se eu quiser um caminhão específico para garantir que o meu material, limpo e separado lá de casa – porque aprendi com as cooperativas de catadores que é preciso limpar, lavar os recicláveis – seja recolhido adequadamente e levado a esses trabalhadores? Aliás, trabalhadores sem EPIs, e que, às vezes, se cortam com cacos de vidro triturados no caminhão. Por que não investir na reciclagem? Porque queimar resíduos é queimar bilhões de reais em matéria-prima, que depois vai ser retirada de novo da natureza.

Para concluir, uma segunda pergunta: além de saber quanto a empresa cumpre da Política Nacional de Resíduos Sólidos em relação à reciclagem, gostaria de entender por que não nos disponibilizam a possibilidade de reciclar.

E, por fim, o resíduo brasileiro é muito molhado, diferentemente do europeu e do americano. Eu desconheço tecnologia capaz de incinerar [esse tipo de resíduo], já que não temos compostagem [em escala suficiente]. Qual é o plano da Loga para garantir a segurança e a eficiência energética, já que deve ser caríssimo secar o lixo brasileiro e depois incinerar?

Obrigada, gente. Sinto muito ter que sair, mas sigo acompanhando. *(Palmas)*

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, Deputada Monica Seixas, do Movimento Pretas, do qual tenho orgulho de fazer parte.

Anuncio a presença do Vereador Toninho Vespoli. Obrigada pela presença.

Tem a palavra o Vereador Hélio Rodrigues.

O SR. HÉLIO RODRIGUES – Obrigado, Vereadora Luana.

Boa noite, companheiros e companheiras. Quero ser bem sucinto, bem rápido.

Nunca fiz parte de uma Mesa tão importante e tão potente como esta. E preciso sair, mas o Vereador Toninho Vespoli vai me substituir. Será o único homem a ficar na Mesa.

Companheirada, é o seguinte: essa discussão de um incinerador ser a tábua de salvação para os resíduos sólidos do município de São Paulo é algo que ficamos sabendo de surpresa, no final da legislatura passada, durante a discussão do zoneamento em São Mateus.

Estávamos debatendo a ampliação de uma área destinada ao aterro sanitário

quando, na primeira audiência pública, apresentaram a proposta de instalação de um incinerador. Foi uma surpresa para todos nós. O debate era sobre zoneamento, não sobre isso. E conseguimos ingressar com uma ação [judicial]. E a questão da ampliação do aterro e da instalação do incinerador em São Mateus ainda está travada.

Eu não quero ser desonesto; nós, da esquerda, temos compromisso com a verdade.

Vereadora Luana, estive em Xangai, na China, no ano passado, e visitei um aterro sanitário que possui um incinerador.

Em primeiro lugar, ele fica a quilômetros de distância do centro urbano. Aqui, tanto em Perus quanto em São Mateus, há uma densidade populacional muito maior. A área que existia tinha 29 km² para tratamento de resíduos. E não nos explicaram o que era aquela fumaça que saía; ninguém deu informação alguma. Então eu também não posso ser desonesto: falar que aquela fumaça que saía do resíduo não era tóxica.

Pois bem, não existe lugar nenhum em que se possa comprovar que uma queima – como vários materiais que foram citados aqui...

Eu sou da indústria, da área de plásticos – o Miranda sabe disso. E todo plástico gera carbono, e todo carbono produz resíduos. É impossível falarmos que isso não gere subproduto tóxico. Por isso, essa discussão teria que ser muito aprofundada, com especialistas, porque não estamos querendo fazer uma luta sem convicção, sem ter questões colocadas claramente.

Nós queremos a verdade. Não queremos que as pessoas sofram com atividades como essa, de queima de resíduos. Queremos fazer um debate sério – mas não conseguimos.

A audiência pública realizada em Perus foi uma vergonha.

- Manifestação do público.

O SR. HÉLIO RODRIGUES – Fiquei do lado de fora. Não entrei. E acionamos a Justiça, porque foi uma vergonha. Está faltando transparência a esta Prefeitura.

Agora quero falar um pouquinho fora do tema da audiência, mas não sem antes falar da falta de transparência da Prefeitura.

Eu quero falar sobre os moradores de rua na região da cracolândia, porque o que

REUNIÃO: 21874 DATA: 22/06/2026 FL: 18 DE 64

esta Prefeitura está fazendo com essas pessoas é um assassinato.

Essa matéria recente do *Metrópoles* foi a fundo, mostrando que houve execução de pessoas em situação de rua, com essa política de higienizar o centro da cidade.

- Manifestação do público.

O SR. HÉLIO RODRIGUES – E outra questão fundamental está acontecendo, Luana – você, que é uma defensora, junto comigo, da saúde –, são essas organizações sociais da saúde. É uma vergonha! É uma roubalheira da saúde pública! Não dá mais para aceitarmos isso.

Entramos com uma CPI para analisar as contas dessas organizações, que não prestam contas, e nunca conseguimos pegar como essas OSS prestam contas. E esta Prefeitura não tem moral para vir aqui e falar que queimar resíduos sólidos não vai afetar a população do entorno e da cidade.

Boa audiência. Desculpem pela minha saída.

E parabéns a esta Mesa maravilhosa e a essa companheirada que não arreda o pé dessa luta. (*Palmas*)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, Vereador Hélio. Suas palavras foram fundamentais.

Agora, antes de chamar os representantes da Loga, gostaria de confirmar os nomes.

O Sr. Domenico Granata, Diretor-Presidente da Loga, está presente? (*Pausa*) Não.
Sr. Fabiano do Vale de Souza, Superintendente da Loga, está presente? (*Pausa*) Sim. A Sra. Solange Schnaak, Supervisora de Marketing da Loga, está presente? (*Pausa*) Sim. A Sra. Silvana Alvim, Supervisora de Meio Ambiente da Loga, está presente? (*Pausa*) Sim.

Seguiremos da seguinte forma: cinco minutos para cada representante. E podem falar à vontade, estamos aqui para escutar. E se precisarem de mais tempo, escutamos também.

Peço que se aproximem do microfone e, se possível, já incluam nas suas falas a resposta a alguns dos questionamentos que já foram feitos – a Deputada Monica Seixas já chegou a fazer alguns. E, se possível, fiquem até o final, porque certamente haverá perguntas da população.

Tem a palavra o Sr. Fabiano do Vale de Souza.

O SR. FABIANO DO VALE DE SOUZA – Boa noite a todos. Meu nome é Fabiano.

Quero agradecer à Vereadora Luana, pelo convite encaminhado à Loga, e a toda a Mesa, pela oportunidade de estarmos presentes.

Estamos à disposição de todas as pessoas que tenham dúvidas técnicas relacionadas ao empreendimento. A qualquer momento, podem comparecer à Loga ou nos procurar pessoalmente.

Pessoalmente, sou superintendente técnico da empresa. Já estudo essa tecnologia há mais de vinte anos. Eu trabalho na área de destinação e valorização de resíduos sólidos há vinte e cinco anos. Estou na Loga, especificamente para o projeto – esse empreendimento.

Dentro do tempo de que disponho, gostaria de dizer que nós, como corpo técnico da Loga, estudamos a fundo todas essas tecnologias. Conhecemos – fazendo visitas ao redor de todo o mundo – todas essas tecnologias, e sempre utilizamos como critério aquilo que há de mais sofisticado e evoluído no mundo, com tecnologias comprovadas, instaladas e em funcionamento.

Ouvi há pouco um colega Vereador falando sobre a China, [sobre uma visita a uma] cidade. E nós visitamos diversas instalações na China, similares a essas que fazem parte do projeto da Loga. E diferentemente do que falaram – que o resíduo da Europa e dos EUA é diferente do brasileiro –, [o resíduo] da China já se aproxima bastante com relação à umidade e à matéria orgânica. E nos últimos dez anos – e falamos com propriedade, porque estivemos lá durante esses últimos dez anos estudando o tema – foram implantadas mais de mil unidades de recuperação energética. Foram mais de mil empreendimentos.

Visitamos unidades dentro dessas cidades, em seus limites e nas periferias, mas fato é que existem em atividade mais de mil unidades de tratamento térmico de resíduos produzindo energia elétrica.

Também ouvimos com frequência que esses empreendimentos estão sendo fechados, que estão diminuindo. E estivemos muitas vezes na Europa e nos Estados Unidos

para estudar, para entender: novas unidades são instaladas; e possuem uma sofisticação tecnológica tão grande que uma, hoje, substitui duas, três unidades que existiam anteriormente.

Então, quando se observa a quantidade absoluta de resíduos, o total – não o número de instalações, mas a quantidade de resíduos –, aumenta a quantidade de resíduos que estão sendo tratados nessas unidades, porque as novas atingem um nível de sofisticação tecnológica tão grande que elas possuem uma capacidade maior do que as antigas. Por isso, a quantidade direta de unidades diminui, mas a quantidade de lixo domiciliar tratado aumenta nesses países.

Estive, mês passado, visitando algumas instalações na Europa, dentro de cidade, ao lado de bairros, dentro de bairros, ao lado de áreas onde cultivavam alimentos, ao lado de lugares onde se faz criação de animais, e com monitoramento ambiental, com monitoramento da saúde das pessoas, sem nenhum tipo de impacto para a sociedade.

Falando também do empreendimento, a gente fala muito sobre Unidade de Recuperação Energética porque é o maior equipamento dentro desse parque tecnológico. Mas o parque tecnológico não se resume a isso, porque também vão acontecer as tecnologias de compostagem, triagem de material reciclável que vem no lixo urbano e a biodigestão, que faz a valorização da matéria orgânica para a produção de gás.

Em São Paulo, existe um projeto que prevê que 100% dos veículos que prestam serviços para a Prefeitura terão que utilizar combustível alternativo a derivados de petróleo, como a gasolina e o óleo diesel. A Loga já tem um parque de veículos bem importante, a gás e elétricos. A valorização da matéria orgânica vai ser para produzir energia para esses veículos e para geração de energia elétrica também. E a compostagem, que é uma tecnologia bastante conhecida por parte de todos, também faz parte desse conjunto. E tudo isso é baseado no Plano Nacional de Resíduos Sólidos.

Temos o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PGIRS –, que tem toda a quantidade de resíduos, o balanço de massa que precisa ser valorizado. E todo o empreendimento foi baseado no PGIRS, que tem a quantidade de matérias que precisam ser valorizadas, tanto de materiais plásticos como de papéis e orgânicos.

REUNIÃO: 21874 DATA: 22/06/2026 FL: 21 DE 64

Novamente, gostaria de agradecer bastante à Mesa.

O nosso projeto inclui a priorização das pessoas que moram na região para trabalho, para prestação de serviços. E a gente acredita que o empreendimento, quando estiver em plena capacidade, vai se aproximar de mil vagas de trabalho; e a gente quer estar próximo dos moradores de Perus. Além disso, curso profissionalizantes, com as Etecs da região.

Estou à disposição para conversar sobre qualquer assunto técnico com relação ao empreendimento. Obrigado, Vereadora.

- Manifestação do público.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Sr. Fabiano, agradeço a sua fala.

Eu não iria fazer nenhum comentário, mas, já que o senhor falou de incineradores em outros continentes que não trazem nenhum tipo de prejuízo, vou pedir para o senhor apresentar esses estudos à Secretaria da nossa Comissão.

O SR. FABIANO DO VALE DE SOUZA – Com certeza.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – O senhor disse que está comprovado que esses incineradores perto de residências, plantações, não causam prejuízo à população, então gostaria que o senhor protocolasse esse estudo, por favor, na Secretaria da Comissão de Direitos Humanos ainda nos próximos dias.

O SR. FABIANO DO VALE DE SOUZA – Com certeza.

A gente tem dezenas de artigos. Eu vou fazer isso.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Vou aguardar o estudo.

Obrigada, viu?

O SR. FABIANO DO VALE DE SOUZA – Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Há dois especialistas que também vão fazer uso da palavra, cada um por 5 minutos. Primeiro, Sr. Vitor Argentino, Coordenador de Resíduos Sólidos do Instituto Polis, membro da Aliança Resíduo Zero Brasil e da Aliança Global Alternativa à Incineração. Tem a palavra.

O SR. VITOR ARGENTINO – Boa tarde, pessoal. Boa tarde, Vereadoras.

Para ser breve, não saudarei um por um, focarei no conteúdo.

Eu sou o Vitor, do Instituto Polis. Faço parte da Aliança Resíduo Zero Brasil e da Aliança Global Alternativa à incineração.

Para vocês terem ideia, nós somos um grupo de mais de mil organizações, em mais de 100 países, que lutam contra a incineração. E justamente como vocês veem no nome, há alternativas à incineração, porque a gente tem tecnologia.

Começo minha fala com um ponto importante: a defesa de que se está cumprindo o PGIRS. E, infelizmente, não se está cumprindo o PGIRS. Não dá para ser esse o argumento.

De acordo com o Plano de Gestão de Resíduos da Cidade de São Paulo, já era para estarmos desviando do resíduo do aterro, não os 3% formais que a gente tem hoje. Então o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PGIRS –, que foi construído de modo participativo em 2014, já previa metas muito além das de hoje.

Para vocês terem ideia, existem estudos de 2016 da própria Prefeitura para que houvesse coleta seletiva dos resíduos orgânicos em vários bairros da cidade. O PGIRS previa a contratação das cooperativas de catadores para a realização da coleta seletiva em diversos distritos da cidade. Hoje não tem nenhuma cooperativa na cidade de São Paulo sendo contratada para realizar a coleta seletiva. E isso não é nenhum absurdo.

Para vocês terem ideia, Brasília – que, imagino, tenha muito menos dinheiro que São Paulo – contrata 11 cooperativas para cuidar de setores gigantescos da cidade. (*Palmas*) E há uma capacidade de execução gigantesca; não estamos falando de serviço desumano, que é o que acontece em São Paulo, que não é pago, ou, muitas vezes, não entrega o que se chama de coleta seletiva.

Aí vou entrar na tecnicidade, que é o meu propósito hoje, em relação aos pontos técnicos.

É uma questão de prioridade que vocês veem muito claramente: São Paulo tinha um gasto médio de 2 bilhões/ano de reais com gestão de resíduos, e o novo contrato passou para 4 bilhões de reais. E para onde vai esse dinheiro, se não é para as cooperativas, como bem as

Vereadoras falaram, se não é para coleta seletiva, se não é para reciclagem? Sabemos para onde está indo: para gerar só lucro para poucas empresas, que não cumprem a prioridade.

Tecnicamente, sabemos que não existe economia circular sem coleta seletiva, porque a coleta misturada tem um limite de capacidade para aproveitamento.

Em relação ao que ele mencionou, sobre fazer compostagem, biodigestão, imaginem fazer compostagem de um resíduo que chega misturado – pilha, fralda, plástico. Na Europa – que acho que visitaram – é proibido esse adubo ir para a agricultura, porque não vira adubo. E temos experiência não somente da Europa: alguns vão ter a memória da Usina de São Mateus e da Usina de Leopoldina, que fecharam porque acreditaram na ilusão de que iria ter uso do adubo de resíduo misturado. Isso não existe. Tecnicamente, tudo é desenhado para aproveitar o mínimo, e queimar o máximo.

Os companheiros e as companheiras de Barueri podem falar muito melhor.

No contrato de Barueri, que já avançou, existe multa se a Prefeitura não entregar a quantidade suficiente de resíduo por incinerador – que é como os incineradores funcionam na Europa.

Aí, todo mundo divulga, por exemplo, a China e a Suécia.

A Suécia importa lixo porque acabou o lixo. Eles aumentaram a reciclagem. Como o incinerador [parado] gera multa, eles recebem lixo de outro país para manter o incinerador operando. E na China, como bem mencionado, está acabando a capacidade dos incineradores.

Estamos nos baseando em um modelo, mas nos esquecemos de que o modelo foi implantado 40 anos atrás na China, o modelo da Europa foi implantado 40 anos atrás. Todos estão descomissionando. Não dá para achar que vamos começar com o que havia há 40 anos. Temos que aprender com o que foi feito agora.

E para vocês terem ideia, estudos recentes e brasileiros da Taxonomia Sustentável Brasileira não dizem que incineração é uma das tecnologias financiáveis por crédito sustentáveis. No Brasil, isso; a europeia e a asiática não dizem isso. Então por que vamos priorizar isso? E é a tecnologia mais cara: com o mesmo valor de tonelada da incineração, em geral, implanta-se o

custo da coleta seletiva, da compostagem e da reciclagem. É só uma questão de prioridade. Não estamos falando de aumentar custo. E, infelizmente, temos o estudo que baseou boa parte da modelagem dizendo que a coleta seletiva em São Paulo é inviável, tecnicamente, por dois motivos – para vocês verem o nível do debate técnico.

O primeiro motivo é que a coleta do orgânico é inviável porque o saco compostável é muito caro. É um absurdo. Para vocês terem ideia, a melhor experiência da Europa é Milão: 80% de desvio de aterro e de incineração. Os mercados de lá passaram a ser obrigados a fornecer saquinhos compostáveis à população. E lá o custo do saco compostável é superbaixo.

O segundo motivo, adivinhem, é porque tem muito catador, aí não dá para fazer coleta seletiva de secretário, porque dão dá para a concessionária competir com os catadores – eles falaram. Então por que se vai investir em coleta seletiva se esse material nunca vai chegar ao ecoparque para a empresa vender? É uma opção clara de não querer priorizar a solução que já funciona.

Hoje, a coleta seletiva informal é dez vezes maior que a formal. Em vez de integrar e potencializar, quer-se marginalizar. É uma opção técnica muito clara. Não falta dinheiro, nem recurso, nem capacidade técnica. Infelizmente, é uma opção política, e que já foi desbancada em várias cidades. É totalmente viável tomarmos outro rumo. E vamos tomar.

Incineração em São Paulo e no Brasil, não! (*Palmas*)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Muito bom.

Obrigada, Vitor. Obrigada mesmo.

Tem a palavra o segundo especialista, Sr. Ulisses Queixada, doutorando em Engenharia de Produção, mestre de Dados Inteligentes e Sustentáveis, graduado em Biologia.

Professor e pesquisador, Ulisses tem uma atuação que integra o rigor acadêmico à militância socioambiental. Dedicou-se ao estudo da infraestrutura verde e da sustentabilidade urbana, conectando sistemas tecnológicos complexos à preservação do capital natural e ao fortalecimento de territórios tradicionais.

Tem a palavra por cinco minutos, companheiro.

O SR. ULISSES QUEIXADA – Boa noite a todas e a todos, aos companheiros e às companheiras, a todos os parentes.

Ulisses Queixada. Pankararu em retomada. Vamos lá.

Camaradas, permitam-me iniciar essa minha apresentação curta falando de um problema anterior ao de Perus. E vou chegar a Perus.

Sou de São Mateus, divisa com ABCDM. E, camaradas, Vereadores, plateia, ouçam o absurdo: são dez anos do mesmo governo – Doria, Covas, Nunes. É a mesma coisa gerindo por dez anos, no mínimo. E vieram com a história que tem que fazer a sexta ampliação do Aterro de São Mateus. E para mim só há duas opções: ou incompetência ou prevaricação. São dez anos da mesma gestão. Em Perus é Loga, mas lá é Ecourbis.

Em São Mateus há um debate muito grande porque, do lado do aterro, foi feito um parque natural – o Parque Natural Municipal Cabeceiras do Aricanduva. E cabeceiras, camaradas, é onde o rio nasce, onde a água aflora. Lá, a Prefeitura e a Ecourbis diziam que iriam cortar dez mil árvores.

Sou conselheiro desse parque. Nas reuniões do Conselho, o número subiu de 10 mil para 17 mil árvores. Camaradas – e eu peço que todo mundo que use esse número cite que a referência sou eu –, descobri que, enfim, a Prefeitura e a Ecourbis assumiram o número: quase 65 mil árvores cortadas em uma área chamada Cabeceiras do Rio Aricanduva.

Em qualquer processo sério no mundo, se errar de 10 mil para 65 mil, o processo zera. Então vamos começar do zero e falar coisa séria. Está aí a prova de que a Prefeitura não está com uma gestão séria, tanto lá embaixo, em São Mateus, com a Ecourbis, como lá em cima, com a Loga.

Em São Mateus, tivemos audiência sobre a ampliação do aterro – sexta ampliação, lembrem bem. Eu estava lá. Infelizmente, muitos dos nossos foram cooptados; houve algum tipo de acordo. Assistam à audiência – cinco horas e meia – no YouTube. Infelizmente, grande parte das pessoas que estava lá disse que era a favor da ampliação, não da incineração.

Ao fim, o representante da Prefeitura diz: “Na audiência, foi aprovada a ampliação”.

E pasmem, camaradas mandatários, o próprio representante da Prefeitura disse: “Também vai ter um incinerador”.

Eu, como técnico, nunca tinha visto na vida...

O EIA-RIMA – Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental – tratava sobre a ampliação do aterro, e pincelava, nas entrelinhas, o ecoparque, o incinerador. E ao final da audiência, a Prefeitura assume: “Também terá. Também a ideia é essa.”

Em São Mateus, falam que é tudo limpo, maravilhoso. E vou citar um caso de São Mateus. E quem não for daquela região que pegue as informações.

Lá, nós temos a petroquímica, um aterro – que, pela quinta vez, está indo para ampliação – e também a Biogás, ou seja, poluição ao extremo. Lá, às vezes, a noite vira dia com a potência da chama da petroquímica Braskem. Já temos inúmeros indícios de problemas.

Falemos agora de Perus.

Primeiro problema: aqui foi dito sobre mil empregos. Ou é uma mentira da Loga... E estou aqui colocando uma dúvida, porque eu li o EIA/RIMA, e não está escrito que haverá mil empregos; diz que, no pico de construção, pode chegar a 350-360 funcionários braçais – pedreiro, carpinteiro. Trabalho braçal. E no relatório consta que, para operar o incinerador, é preciso em torno de 60 pessoas.

Eu vi o número mil e quase infartei. Pensei: “De onde a pessoa tirou mil? Tirou da cartola? Tirou da boina?” Não sei de onde.

Há um problema mais sério ainda, camaradas, ouçam bem: o incinerador vai funcionar utilizando 240 mil litros de água por dia, segundo dados do EIA/RIMA, e vai gerar 120 mil litros de efluentes. Ou seja, além de toda a desgraça, São Paulo, que tem pouca água, terá que usar nossa água para alimentar incinerador, para acabar com a nossa saúde e com as nossas vidas. Mas isso a empresa não fala. E mais uma coisa pior: lá embaixo, no documento, consta que se pode instalar até três linhas.

Uma conta básica: cada incinerador com uma linha consegue incinerar 1100 toneladas/dia. Isso, multiplicado por três, pode chegar a quase 100% de todo o lixo gerado na

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 31

REUNIÃO: 21874 DATA: 22/06/2026 FL: 27 DE 64

cidade. E se eu falei em 240 mil litros de água, vezes três, ou vezes quatro, pode chegar a um milhão de litros de água, com base nos dados do EIA/RIMA. Então, além de todos os problemas ambientais que já existem, temos que nos atentar ao consumo de água, à geração de efluentes e tudo o mais.

Vereador Toninho, Vereadoras, camaradas, a quem interessa esse projeto? À Loga, que vai ficar milionária. Está orçado, cada um, em 1,5 bilhão de reais. Nunes quer instalar três – 4,5 bilhões de reais. E para quem? Para destruir nossa vida, nossa saúde.

Nós, em São Mateus; em Perus e em Santo Amaro querem outro.

Não há estudo nenhum sério sobre o assunto. É inacreditável que estejamos em 2026 discutindo se vamos ou não queimar lixo, com a estória de que vão criar empregos. Falácia. Com a estória de que vão gerar energia. Até que ponto? Porque queimar folhinha não gera energia, o que gera energia é queimar recicláveis – madeira, metal, papelão. Repito: queimar folhinha de alface não vai gerar energia.

Camaradas, no dia 19, semana passada, o Tribunal de Justiça decidiu a favor da Prefeitura, considerando constitucional a ampliação do Aterro de São Mateus e a implantação do ecoparque. Por isso, precisamos nos mobilizar, ir para a rua, porque, do jeito que está, e do jeito que as empresas estão vindo, com toda força para cima de nós... Porque eu estava na audiência em Perus, ocasião em que um Vereador do PT desta Câmara Municipal pegou mensagens de que haveria algum tipo de benefício para quem defendesses a Loga. Então ou nós nos mobilizamos de vez ou a Loga e a Ecourbis vão ficar cada vez mais ricas e destruirão a nossa saúde e nossas vidas.

Incinerador?

- Público entoia grito de guerra: “Não, não, não à incineração!”

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – É isso aí, companheirada.

Seguindo a nossa audiência, vou passar para os parlamentares presentes, na ordem da Mesa mesmo, começando pela Vereadora Silvia da Bancada Feminista.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Boa noite, gente!

- Manifestação do público.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Muito bom termos uma audiência pública em que o povo fala primeiro, porque não vamos nos esquecer daquela audiência pública – que de pública não tinha muita coisa – feita no CEU Perus em que o povo falou por último. E olhe lá, porque muita gente nem conseguiu falar – eu fui uma delas; o Vereador Toninho também. Nós não conseguimos falar porque aquela audiência foi manobrada, tanto na questão das inscrições quanto em relação à galera, que recebeu, foi paga, para ir à audiência.

- Manifestação do público.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – *Fake news*. Exatamente.

Então, em relação àquela audiência, nós – eu, o nosso mandato, outros mandatos – também entramos com um pedido para que fosse anulada. Aquela audiência não foi de verdade. Ela tem que ser anulada. (*Palmas*)

Segunda questão: há, no mínimo, grandes controvérsias sobre a questão do incinerador, porque “n” especialistas estão afirmando que a incineração de lixo traz, sim, problemas e prejuízos para a saúde da população, principalmente para a população que vai ficar perto – que é o povo de Perus. Então é muito natural que a população de Perus não queira a instalação desse incinerador, porque vai fazer mal para a saúde dos idosos, dos adultos, das crianças, dos bebês, das famílias.

Por que querer uma coisa como essa perto de você? Mas também não tem que estar em lugar nenhum da cidade, porque espalha resíduos tóxicos para todo mundo. O Prefeito Ricardo Nunes tem, sim, que resolver o problema do lixo da cidade, mas não é com incinerador de lixo. O Prefeito deveria fazer a lição de casa e investir pesado na reciclagem, na compostagem; e não está cumprindo a sua obrigação. (*Palmas*)

Quem anda pela cidade de São Paulo, no Centro, vê que há muitos catadores trabalhando de forma indigna, com carroças de madeira que eles mesmos têm que comprar, sendo que hoje em dia poderiam trabalhar com carroça elétrica.

O Prefeito Ricardo Nunes deveria fazer sabe o quê? Pagar salário para os catadores;

REUNIÃO: 21874 DATA: 22/06/2026 FL: 29 DE 64

dar carroça elétrica com o timbre da Prefeitura; fazer centros de arrecadação e triagem para esse lixo, para fazer a verdadeira reciclagem do lixo. E aí o Prefeito Ricardo Nunes não fez a lição de casa: somente 5%.... Aliás, nem o Prefeito, nem a LOGA, nem a Ecourbis, nem nenhuma empresa, porque, se tivessem feito a lição de casa, não haveria essa quantidade de lixo.

Mas por que não fazem a lição de casa? Para justificar que é necessário queimar o lixo.

Não é necessário queimar o lixo. Isso é obsoleto. Isso é atrasado. Em plena emergência climática, a cidade de São Paulo não vai queimar lixo, não! E o aterro de São Mateus não vai sair porque a justiça já disse que não vai sair. E o de Perus também não vai sair.

Incinerador, não! Nós queremos é reciclagem. Nós queremos é compostagem. Nós queremos investimento pesado para os catadores, que são os trabalhadores que podem fazer a limpeza da cidade ser ecológica. É isso que nós queremos.

Contem sempre com o nosso mandato. Estamos juntos – em Perus, no CEU, na praça, na Câmara, em qualquer lugar. (*Palmas*)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, Vereadora Silvia.

Antes de passar a palavra para o Toninho, quero só passar uns recados rápidos.

Quero anunciar a presença da Chirley Pankará, representando o povo Pankará.

Obrigada pela presença, Chirley.

Pessoal, alguém esqueceu um celular com capinha verde. Se alguém reconhecer, fale para a companheirada.

O Sr. Felipe Hoffmann, da SP Regula, vai falar após os parlamentares, antes de abrir as inscrições.

Agora passo a palavra para o Vereador Professor Toninho Vespoli.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI – Boa noite à galera, a todo mundo. E na pessoa da Vereadora Luana, que está presidindo neste momento, saúdo todos vocês.

Lembro que, quando eu era jovem – faz muito tempo, aliás; e eu não era do governo, era do movimento social –, no governo da Luiza Erundina, nós discutíamos sobre a reciclagem

na cidade de São Paulo. E de lá para cá, em que avançamos? Eu acho que avançamos 1%.

O discurso do povo que queria o incinerador, quando votou a mudança para São Mateus, era assim: “Ah, não tem o que fazer, não tem onde colocar o lixo. A reciclagem, para estruturar, vai demorar muito, então vamos aprovar essa mudança no zoneamento para colocar incinerador em São Mateus”, mas justificando também um incinerador em Perus e em tudo que é lugar. Ou seja, os governos não fazem a parte deles e ainda vêm com a maior cara de pau para falar que não têm o que fazer; que colocar esse incinerador é o último artifício, a única saída. E não é incompetência. Não se pode falar assim: “Eles foram incompetentes ao não colocar a reciclagem, ao não seguir a Política Nacional de Resíduos Sólidos.” Isso é um projeto. E é um projeto de não discutir com seriedade a questão do lixo na cidade de São Paulo.

Eu participei, por exemplo, da Frente Parlamentar pela Sustentabilidade, com o vereador Ricardo Young como presidente. Discutíamos política reversa. E na hora do vamos ver, quando os empresários eram chamados para implementar, ninguém queria tirar o dinheiro do bolso das suas empresas para implementar. Quer dizer, o governo está fazendo o que as grandes empresas querem, essa é a grande verdade. Não adianta falar outra coisa.

Toda a Prefeitura que está aí, do Ricardo Nunes, trabalha para a cidade se tornar um centro de negócios, o que também passa pelo lixo na cidade de São Paulo, pois se gasta com isso um pouco mais de 2,5 bilhões de reais anualmente. Então temos que partir da seguinte discussão: como enfrentar um governo que está trabalhando para os grandes negócios continuarem, que não está se preocupando – como foi falado pela Vereadora Sílvia – com o meio ambiente, com as futuras gerações e tudo o mais.

Aqui, estamos em estado de guerra, não estamos em estado de convencer alguém do governo; porque eles estão convencidos do desserviço que eles têm que fazer pela população.

Nós estamos tomando todas as atitudes possíveis como mandato – como a Vereadora Sílvia falou, com o mandato da Bancada Feminista; mas com o nosso também, porque entramos para tentar acabar com aquela audiência *fake* feita lá. De maneira nenhuma, nós

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 35

REUNIÃO: 21874 DATA: 22/06/2026 FL: 31 DE 64

podemos aceitar aquilo, porque é só para querer justificar que está havendo democracia, sendo que sabemos que todo o processo está sendo direcionado para fazer o que o Prefeito e o Governador querem. E o nosso mandato também já entrou no Ministério Público para barrar o incinerador em Perus. Aliás, temos que usar todos os instrumentos que temos para barrar essa ação vergonhosa desse Prefeito, porque quem anda em Perus – e eu ando bastante em Perus, até porque quando o Mário saiu candidato pelo PT na época, eu também saí, e nós já fazíamos parcerias – sabe do que Perus precisa.

O governo olha Perus/São Mateus como o lixo da cidade. Perus está precisando de regularização das casas. Isso submete as pessoas a um monte de crises. Inclusive, esse problema é usado pelos Vereadores da Direita, que, a cada eleição, vão lá e falam que vão regularizar. Enganam o povo, não regularizam coisa nenhuma.

Perus está precisando de lugar de lazer e cultura para as crianças. Lá, tem muita potencialidade. E mais ainda: o que queremos é que a Fábrica [de Cimento Portland] de Perus se torne um centro de memória dos trabalhadores daquela região, que é uma discussão histórica dos queixadas daquela região. E não queremos lixão, não.

Então, com alto e bom som: Prefeito Ricardo Nunes, fique com o incinerador e com o lixão do lado da sua casa, deixe Perus em paz! (*Palmas*)

- Manifestação do público.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Muito bom.

Obrigada, Vereador Professor Toninho Vespoli.

Pessoal, vou também fazer uso da palavra e depois seguir com as companheiras.

Primeiramente, queria muito agradecer a participação de cada movimento social, cada morador e cada moradora presentes nesse dia frio: movimentos de moradia, MST, movimentos ambientais, povos indígenas. É muito importante a presença e a unidade de vocês.

Vamos vencer essa batalha com a força popular. Essa é a chave. Isso vai ser fundamental para fazermos a resistência do território contra mais esse ataque.

O que estamos enfrentando é o que a gente da periferia enfrenta desde sempre:

gente que já é bilionária querendo ficar mais bilionária, prejudicando as periferias, prejudicando o povo preto, prejudicando os indígenas. Já conhecemos essa história. Mas tem muitos momentos em que conseguimos vencer.

O que o Prefeito Ricardo Nunes está fazendo é a mesma coisa que dizer que a nossa opinião não importa, ao tentar impor, obrigar de cima para baixo; e a nossa resistência vai dizer que não vamos aceitar a imposição de um projeto que vai gerar adoecimento, problemas e morte para as nossas famílias. Nós não aceitamos isso. Por isso que é importante essa nossa posição pública unificada.

Muitos falaram que vai haver uma tecnologia, um filtro mágico, que vai retirar os poluentes de uma fumaça gerada pela queima de toneladas e toneladas de lixo. E eu queria falar muito claramente: isso não existe. Não existe nenhum estudo que prove que não há prejuízo.

O fato de outros países incinerarem não significa que não existam prejuízos a curto, a médio e a longo prazo. Não é à toa que no próprio continente europeu há debates sobre formas alternativas, mais sustentáveis, mais populares de se lidar com resíduo sólido. E no Brasil, mesmo sendo um país muito pobre, um país muito desigual, temos como característica uma grande força ambiental de movimento popular.

O que os catadores fazem nas grandes capitais é um orgulho para o Brasil, porque é uma forma de lidar com resíduo sólido que é antirracista, geradora de emprego e ecologicamente sustentável. E é muito mais avançado, inclusive, do que em grandes capitais europeias. Isso é muito importante, para não acharmos que somos menores, para não acharmos que somos menos.

De fato, a questão de geração do resíduo é um problema do sistema capitalista que vivemos, que gera muito mais lixo do que deveria gerar. E as formas de se lidar com isso são variadas, mas as tecnologias populares, ancestrais brasileiras, são importantes, nós não podemos abrir mão delas. E a Prefeitura, os governos, deveriam ver uma forma de solução, como o próprio povo, que se organiza para lidar com os próprios problemas – como no caso dos catadores. Deveriam fazer mais investimento. A Prefeitura de São Paulo deveria agradecer aos

catadores de São Paulo, porque estão arrumando um problema gerado por ela própria. É uma coisa incompreensível.

Esse projeto – só o incinerador de Perus – está custando 1,5 bilhão de reais.

Isso é muito dinheiro. Quando os Vereadores pedem a reforma de uma praça, uma reforma de um muro de escola, eles sempre falam do problema do dinheiro. Como é que saiu da cartola, do bolso, 1,5 bilhão de reais. O que é isso? Para grandes empresas nunca falta. Nunca falta. Quando falamos da eficiência do método dos catadores e da reciclagem a partir de cooperativas, sempre falam da questão financeira. E custa muito menos que incinerador.

Então estamos vendo qual é a verdadeira questão: pegar dinheiro público para grandes empresas. Já conhecemos esse conto. E, sinceramente, é uma vergonha que a Prefeitura ainda tem a cara de tentar defender isso.

Não vamos aceitar.

Nós temos um desafio grande: debater com a população. Eles têm muito dinheiro. Inclusive, eles têm dinheiro para promover desinformação nas comunidades, para tentar disputar as pessoas para um projeto que é prejudicial para elas em médio e longo prazo, então é fundamental que debatamos com as pessoas.

Nós, nesta audiência, após todas as falas, faremos os encaminhamentos. Mas eu já queria, de antemão, deixar a proposta de exigência de um plebiscito na região de Perus, que é uma alternativa que a Prefeitura pode fazer.

- Manifestação do público.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Está na Lei Orgânica do Município. E ainda não fez. É possível que faça. E nós queremos que faça. E para esse plebiscito funcionar é importante que consigamos dialogar com as pessoas, explicar o que é isso.

Não há quantidade de empregos que compense a nossa saúde. E eu duvido que seja tanto emprego assim por um incinerador de lixo. Quando falamos sobre estruturar, dar um salário a catadores, de conseguir, permitir, isso, sim, gera emprego. Isso é muito melhor. É muito mais emprego do que qualquer Loga pode oferecer.

E para finalizar mesmo, que o meu tempo acabou: nós temos que cobrar a Câmara Municipal de São Paulo. Vocês estão com vários parlamentares que estão nessa luta contra o incinerador, contra a incineração de lixo. Agora, nós temos que cobrar os parlamentares da Base do Governo, que estão escondidos nesse debate. Temos que cobrar cada Vereador que vai para Perus pedir voto de dois em dois anos. Temos que cobrar os Vereadores que, como disse o Vereador Toninho, prometem regularização, e nunca regularizam nada. Temos que cobrar o suposto representante de Perus, Líder do Governo nesta Casa, que ainda não deu as caras para conseguir debater.

Aliás, eu quero que o Líder do Governo se posicione.

Eu não tenho problema nenhum em falar. Vocês sabem de quem estou falando.

Eu quero que ele manifeste o seu posicionamento sobre o incinerador de Perus. É importante que ele diga isso; aliás, cada um dos Vereadores.

Meu tempo já acabou. Já falei demais. Mas vamos seguir em luta.

Obrigada de novo, companheirada. (*Palmas*)

Passo a palavra para a Simone Nascimento.

A SRA. SIMONE NASCIMENTO – Boa noite, companheiras, companheiros.

Eu sou a Simone Nascimento, Codeputada Estadual da Bancada Feminista do PSOL. E quero saudar minhas companheiras Luana Alves e Silvia da Bancada Feminista, e, em suas pessoas, saudar todas as minhas companheiras.

E quero repetir uma coisa que estamos cansados de entender e de exigir: o Governo Ricardo Nunes não gosta de participação social e opinião popular, porque hoje, na frente desta Câmara Municipal, não existia uma fila com alguém de pulseirinha para adentrar neste espaço. E desde que voltei da COP30, companheiros – muito emocionada com a luta da Marcha Global pelo Clima, com a presença do Movimento Nacional de Catadores, em Belém, com as reivindicações sociais –, o que vimos acompanhando é o absurdo desrespeito à Lei Constitucional Federal, que pede a prévia consulta pública. E desde então o povo de Perus está se rebelando: fez audiência popular em praça, fez manifestação pública até o território onde

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 39

REUNIÃO: 21874 DATA: 22/06/2026 FL: 35 DE 64

querem instalar esse incinerador, fez audiência na Alesp e está fazendo audiência aqui na Câmara.

Quer dizer, estamos trabalhando no lugar do Prefeito Ricardo Nunes, promovendo participação social e popular. Mas nós entendemos as nossas reivindicações.

Nós queremos ver o pobre periférico no orçamento, porque a realidade, Loga, é que incinerador não responde, hoje, às necessidades do território da Noroeste.

A expectativa de vida em Perus é de 58 anos. E para aumentar a expectativa de vida tem que ter escola, educação, saúde, creche, não gás tóxico, não gás poluente. Isso não faz sentido nenhum para a vida do pobre no orçamento. Querem construir um incinerador de lixo de 1,8 bilhão de reais, e não querem gerir orçamento em Perus. Querem que Perus encha o bolso de empresários. Estão fazendo a lógica contrária.

Eu quero dizer para vocês que lá na Alesp nós também estamos construindo enfrentamento estadual: fizemos uma emenda para tirar da Lei de Diretrizes Orçamentárias a proposta do Governador Tarcísio, amigo do Nunes, de colocar o aproveitamento energético do lixo na LDO. Sabe o que isso significa? Um nome bonito para incinerador, porque eles estão buscando de onde tirar esse orçamento para investir em incinerador. Então já fizemos uma emenda. E essa nossa luta é estadual também, para não permitir a construção de incineradores de lixo no Estado de São Paulo, na cidade de São Paulo, em Perus, em São Mateus, em Barueri e onde eles quiserem criar esse mercado para os empresários.

Eu quero fazer um comparativo, porque nós temos muita informação.

No Complexo Integrado de Reciclagem do Distrito Federal, o BNDES investiu 21,3 milhões de reais para ampliar um pouco – não para construir um incinerador, ampliar um complexo – e gerar mais mil postos de trabalho para catadores e catadoras. Quer dizer, não faz sentido 1,8 bilhões de reais para diminuir a expectativa de vida do povo pobre, negro e periférico.

Eu quero ver o Presidente da Loga se mudar para Perus e dizer que é bom viver do lado de gás tóxico. Duvido que se mude para Perus com incinerador de lixo.

REUNIÃO: 21874 DATA: 22/06/2026 FL: 36 DE 64

Respeitem a população de Perus! (*Palmas*)

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, companheira Simone.

Vou passar agora para a companheira Rose Soares, Codeputada do Movimento Pretas de Barueri, que eu também componho.

Conte-nos como está a luta por lá.

A SRA. ROSE SOARES – Salve, companheiros e companheiras.

Boa noite a todas as pessoas presentes nesta audiência.

Antes de cumprimentar a Mesa, eu quero cumprimentar todos vocês, população de Perus que se organizou, que está indo a todas as audiências públicas, que tem feito um trabalho de mobilização que se transformou num exemplo para todo o Estado de São Paulo e também para o Brasil.

Meus parabéns a Perus, às mobilizações sociais, ao povo indígena, porque mobilização realmente se tornou inspiração para todos nós.

Quero saudar a Mesa, e, nas pessoas da Vereadora Luana e Silvia, saudar todos os demais Vereadores que estão fazendo esse trabalho de enfrentamento do governo do Ricardo Nunes – que não é muito diferente do governo de Direita de nenhuma das cidades de São Paulo. Eles usam o método, sim, de tirar dinheiro público da economia circular, de tirar a oportunidade dos catadores e das cooperativas, para enriquecer grandes empresas. Isso tem acontecido em todos os lugares.

Perus já sofreu com um grande lixão que existia desde 1979. E nem sei como está o tratamento desse local onde era esse lixão. Lá em Barueri também tínhamos um local que era um grande lixão, que continua sem tratamento, produzindo gases tóxicos até agora, sem que nenhuma empresa de São Paulo, inclusive a Cetesb, esteja monitorando aquele lugar.

Nós ouvimos os técnicos da Loga.

Lá em Barueri, a empresa que está construindo a URE é a Orizon. A obra já está num processo muito avançado de construção. E nós estamos fazendo uma mobilização

alertando a população. Mas é uma luta muito inglória, porque a Prefeitura de Barueri está pagando até influenciador para ir às redes sociais falar bem dessa empresa, para dizer que nós somos um retrocesso, que não queremos aceitar essa tecnologia; e não é nada disso.

Costumam dizer também que nós estamos contrários a uma tecnologia da Dinamarca, da Suécia, da Alemanha e da Holanda, lugares em que várias incineradoras estão instaladas. Mas existe um problema que ninguém está falando: o desempenho desses países não depende somente da instalação das incineradoras. Existe um projeto político de poder nessas cidades que garante que metas obrigatórias de reciclagem sejam cumpridas, que a responsabilidade seja estendida aos produtores, que a coleta seletiva seja universalizada, que os sistemas avançados de triagem aconteçam, que existam restrições severas ao aterramento, que haja monitoramento ambiental rigoroso e exigências mínimas de eficiência energética.

Nós temos esses critérios estabelecidos em algum plano nacional neste país? Nós não temos isso ainda no Brasil. E ou o Brasil cria critérios parecidos com o que existem na Europa ou não podemos dizer que a tecnologia está sendo simplesmente transportada de lá para cá, com os mesmos níveis de eficiência. Isso não existe. E precisamos gritar isso aos quatro ventos, porque estão querendo enfiar goela abaixo da população que nós estamos contra as tecnologias; e que nós, sim, somos retrocesso.

Mas nós sabemos que cuidar da reciclagem, da economia circular, da reutilização nos processos que vão garantir uma economia solidária, justa, para que a população possa participar ativamente desse processo todo e solucionar aquilo que hoje chamamos de problema, que é o lixo que criamos através de todo o consumo, é nossa responsabilidade.

A população está unida, organizada, em Perus, em Barueri, em São Mateus, em todos os territórios. E vamos continuar gritando: incinerador, não! (*Palmas*)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, companheira Rose.

Agora passo a palavra para Vereadora Amanda Paschoal, e depois para a Vereadora Keit Lima.

A SRA. AMANDA PASCHOAL – Boa noite a todos e a todas.

Queria começar saudando as minhas companheiras à Mesa, falando da importância desta audiência pública; da importância de trazermos a participação popular para debater a decisão que a Prefeitura tem tomado, como tem feito com todos os temas da nossa cidade, pensando única e exclusivamente no lucro, sem pensar nos prejuízos ao meio ambiente, sem pensar nos danos que vão ser causados às populações do entorno, sobretudo às populações do Jaraguá, que vão sofrer as consequências desta ideia que está sendo vendida como tecnológica e futurista, como boa para a população da nossa cidade, mas que não é nada sustentável. E esse projeto, para além de gerar a poluição do nosso ar, também vai gerar resíduos sólidos que ainda precisarão de destinação – como as cinzas, que são muito mais prejudiciais à nossa saúde do que o próprio resíduo sólido que precisa ser reciclado.

É, mais uma vez, a Prefeitura colocando o lucro acima da vida das pessoas. Já o fez assim com o contrato de renovação com a Loga e com a Ecourbis, em 2024: foram e bilhões de reais investidos, sem considerar aqueles e aquelas que fazem um trabalho fundamental para nossa cidade, os catadores e as catadoras de resíduos sólidos, que são deixados de fora desse debate, dessa construção.

E eu consegui, com anuência das lideranças do território, promover uma ação no Ministério Público, questionando, e exigindo que seja feita uma consulta pública prévia, livre e informada a toda a população, porque não existe pensar em um projeto absurdo como esse sem consultar aqueles que serão mais atingidos por essa iniciativa da Prefeitura.

Foi assim que aconteceu com a instalação da fábrica de cimento, cujas sequelas vemos até hoje na nossa população.

Também protocolei nesta Casa um projeto que proíbe a instalação de qualquer novo incinerador na cidade de São Paulo. E convido meus colegas de Bancada, e também os demais Vereadores, a participarem como coautores.

São Paulo não precisa de incinerador, São Paulo precisa de sustentabilidade, de participação popular e de defesa do nosso meio ambiente.

Para além disso, vale falar aqui que eu sou membra titular da Comissão

Extraordinária de Meio Ambiente e Direitos dos Animais. E, nas duas últimas sessões da nossa Comissão, a Base não participou, não deu quórum, única e exclusivamente por conta do meu requerimento para criação de grupo de trabalho para debater a questão do incinerador; não se comprometem com o que precisa ser feito pelas vidas de São Paulo e pelo nosso meio ambiente. Mas nós não nos intimidaremos.

Seguiremos firmes na luta, ao lado da população, ao lado do território, denunciando e lutando para que absurdos como esse proposto por Ricardo Nunes não sigam adiante nesta Casa e em nenhum lugar na nossa cidade.

Sigamos juntos. (*Palmas*)

A SRA. KEIT LIMA – Boa noite, gente.

- Manifestação do público.

A SRA. KEIT LIMA – Está frio, mas estamos aqui.

Eu queria muito dialogar com vocês sobre o quanto isso vai custar do nosso dinheiro: 4,5 bilhões de reais, com o qual poderíamos fazer 500 UBSs, 20.000 habitações, canalizar 60 córregos, construir 30 reservatórios, além de mais de 1.000 CEIs.

Estou trazendo esses dados, primeiro, porque eu sou uma favelada que gosta de falar de dinheiro. E outra: é importante lembrar que Ricardo Nunes, quando se reelege, fala que a periferia venceu.

Que periferia venceu se ele está fazendo política de morte, contra as nossas vidas, com o nosso dinheiro?

É importante lembrar que estamos na cidade mais rica da América Latina. Mas esta cidade só é rica porque gente trabalhadora, periférica e favelada acorda às três, quatro, cinco horas da manhã para fazer São Paulo ser o que é. E o que nós queremos é ter o direito de viver – porque esta é uma política para nos matar e para matar quem vem depois de nós. O que estamos fazendo aqui é dizer que não queremos respirar lixo, que não queremos que os nossos filhos tenham câncer.

Se Ricardo Nunes quer incineradores, que coloque no quintal dele, na casa dele; se

não tem nenhum perigo, que coloque na banda dele. Não tem periferia nenhuma vencendo enquanto tivermos um Prefeito que, em lugar de estar preocupado em diminuir a desigualdade, faça política de morte contra as nossas vidas. E é esse mesmo Prefeito e essa mesma Base que vão às nossas periferias e favelas para pedir voto. E eles não estariam eleitos sem as nossas periferias, sem as nossas favelas.

Temos que estar atentos a isso, porque o que eles fazem nesta Casa, o que eles têm feito nos últimos anos, é nos matar a partir de política pública. Tem política pública matando trabalhador todo santo dia. Eles não têm vergonha na cara.

Se Ricardo Nunes quer incineradores, precisamos dizer, em alto e bom som: “Vá fazer no seu quintal”. Incineradores, não, pela vida de todo trabalhador, de toda pessoa periférica e favelada, porque nós queremos viver, queremos que os nossos filhos não tenham câncer. E não abriremos mão das nossas periferias e favelas. (*Palmas*)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, Vereadora Keit.

Antes de passarmos às inscrições – já temos dez pessoas inscritas, cada qual por dois minutos –, peço que todo mundo fique para ouvir os companheiros, os vizinhos. Mas, antes disso, vou passar a palavra ao Sr. Felipe Hoffmann, da SP Regula.

Sr. Felipe, quero pedir para que, na sua fala, o senhor me ajude a compreender a questão financeira. O que justifica 1,5 bilhão de reais para esse projeto? Gostaríamos de entender.

A SP Regula é responsável pela relação do município com as empresas, então seria quem iria gerir esse 1,5 bilhão de reais para a Loga.

Por favor, Sr. Felipe, se o senhor puder explicar, porque é realmente incompreensível.

O SR. FELIPE HOFFMANN PAULINO – Boa noite a todos.

Primeiramente, eu agradeço o convite à SP Regula.

Agradeço à banca, por nos dar a oportunidade de conversar com vocês.

Eu quero esclarecer algumas coisas que foram ditas e que fogem um pouco da

realidade de São Paulo, como, por exemplo, a questão da coleta seletiva.

A coleta seletiva em São Paulo já é universalizada desde novembro de 2024...

- Manifestação do público.

O SR. FELIPE HOFFMANN PAULINO – Eu acho que passa. Talvez passe.

Depois eu confiro para você. Mas eu acho que [a coleta] passa, sim, porque é universalizada desde novembro de 2024 em toda a cidade de São Paulo.

- Manifestação do público.

O SR. FELIPE HOFFMANN PAULINO – Depois, se vocês quiserem, eu posso verificar para vocês os dias e horários, porque eu garanto que passa.

E também quero falar um pouco sobre o Plano Nacional de Resíduos – Planares –, criado em 2022, com algumas metas para o país – não só para São Paulo, para o país.

[O Plano contempla] o desvio de 60% de resíduo destinado ao aterro sanitário; a universalização da coleta seletiva; o tratamento da fração orgânica de resíduos. Então não só a parte de catadores, prevista no Planares, mas também essas várias metas, as quais estão todas previstas no ecoparque.

O ecoparque foi construído com base nas legislações – Planares; PlanClima; e o PGIRS, de 2014, que foi mencionado hoje também. Então o ecoparque não é só a Unidade de Recuperação Energética.

E uma curiosidade para vocês, caso não saibam: por que se chama URE, e não incinerador? É porque incinerador, na verdade, é um tratamento sem resultado, é simplesmente incinerar para reduzir o volume de resíduo que será levado para o aterro; e a Unidade de Recuperação Energética tem a finalidade de transformar o resíduo em energia, que depois vai ser jogada na rede da Enel, para beneficiar a população do ecoparque. Essa é uma diferença.

- Manifestação do público.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Pode terminar a sua fala, Sr. Felipe.

O SR. FELIPE HOFFMANN PAULINO – Em relação à questão de catadores, como funciona a coleta seletiva hoje em São Paulo?

Você disponibiliza seu resíduo na frente da sua casa, o caminhão passa e leva diretamente para uma cooperativa – ele não vai para aterro, ele não vai para nenhum outro lugar que não seja a cooperativa. E o município de São Paulo, hoje, inclusive, tem um programa de credenciamento com 29 cooperativas credenciadas – levamos 100% do resíduo reciclável para elas.

- Manifestação do público.

O SR. FELIPE HOFFMANN PAULINO – Não, é verdade.

E toda a comercialização desse resíduo fica com a própria cooperativa – nós só entregamos o resíduo. E no caso das nossas centrais mecanizadas, a cooperativa usa a central e também não paga nada – ela usa à vontade, e toda a comercialização fica com ela.

Sobre a questão de chegar resíduo ruim para os recicladores, vai muito de, talvez, uma má segregação na origem do resíduo. Muita gente não consegue segregar.

- Manifestação do público.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Deixem ele terminar, pessoal.

O SR. FELIPE HOFFMANN PAULINO – Não, calma, eu não estou falando que é culpa da população. Eu acho que tem um pouco de culpa da Prefeitura, por falta de divulgar melhor, ou de fazer uma comunicação melhor para a população, para orientar o pessoal.

- Manifestação do público.

O SR. FELIPE HOFFMANN PAULINO – Posso finalizar?

É que eu tinha bastante coisa [para falar].

Eu iria complementar com a parte dos catadores: que, hoje, já fornecemos...

- Manifestação do público.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Deixem ele terminar, pessoal.

Deixem só ele falar sobre a questão do orçamento, que eu ainda não entendi 1,5 bilhão de reais, por favor.

O SR. FELIPE HOFFMANN PAULINO – Ah, o orçamento de 1,5 bilhão de reais.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – É, se o senhor puder chegar nisso, por favor.

Obrigada.

O SR. FELIPE HOFFMANN PAULINO – Eu só queria finalizar [o que eu estava falando].

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Ok.

O SR. FELIPE HOFFMANN PAULINO – Como eu estava falando, o resíduo vai todo para cooperativa, não vai para o aterro, então não tem como tirarmos o trabalho do catador, porque esse resíduo não chega até o aterro, ou, no caso, à incineração. Vamos trabalhar com o resíduo comum que vocês disponibilizam na rua de vocês, não com o reciclado, que já tem toda a logística desenhada com as cooperativas de catadores.

Quanto ao orçamento, é um equipamento caro, não é um equipamento barato.

- Manifestação do público.

O SR. FELIPE HOFFMANN PAULINO – Ué, mas é verdade.

- Manifestação do público.

O SR. FELIPE HOFFMANN PAULINO – Inclusive, lá...

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Nessa parte, desculpe, mas eu vou até chamar uma salva de palmas, porque vocês admitiram que é caro. Obrigada. (*Palmas*)

O SR. FELIPE HOFFMANN PAULINO – É uma tecnologia cara, mas extremamente eficiente. É por isso que ela se torna uma eficiência cara. E atualmente é uma das melhores alternativas para a gestão de resíduo, porque, se não for o incinerador, nós vamos ter que...

- Manifestação do público.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Pessoal, deixem só ele terminar a questão do preço.

O SR. FELIPE HOFFMANN PAULINO – A questão do... do... Esperem aí. Fugiu.

Ah, tá! A questão de não implantação do incinerador remete a termos que ampliar o aterro, porque esse resíduo vai ter que ir para algum lugar. E isso é o que está acontecendo em São Mateus, por exemplo.

- Manifestação do público.

O SR. FELIPE HOFFMANN PAULINO – O resíduo precisa ter uma destinação.

- Manifestação do público.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Pessoal, ele está finalizando.

O SR. FELIPE HOFFMANN PAULINO – E já temos reciclagem e compostagem.

A reciclagem e a compostagem já existem, hoje, em São Paulo. E, lógico, compostagem não tem uma escala tão grande; mas vai aumentar com o ecoparque, porque, nos três ecoparques, vamos ter compostagem.

- Manifestação do público.

O SR. FELIPE HOFFMANN PAULINO – E a reciclagem, como eu falei, já atende 100% da cidade.

- Manifestação do público.

O SR. FELIPE HOFFMANN PAULINO – E é o que eu falei...

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Pode finalizar, por favor.

O SR. FELIPE HOFFMANN PAULINO – E, referente ao orçamento, o valor, realmente... É uma tecnologia que vem de fora do Brasil. Ela, infelizmente, é cara, mas é totalmente segura e eficiente para a gestão de resíduos.

- Manifestação do público.

O SR. FELIPE HOFFMANN PAULINO – Era só isso que eu tinha para falar.

Obrigado.

- Manifestação do público.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Para finalizar, eu só tenho uma pergunta – é porque o Thiago pediu para perguntarmos.

Se o senhor puder se ater somente a esse tema, por favor.

As comunidades indígenas têm proteção especial pela Constituição, pelo Estado Brasileiro, devido ao avanço legislativo do Brasil, que prevê proteções especiais e alguns critérios para construir certas obras perto de territórios indígenas. E como você sabe, a terra indígena do Jaraguá foi reconhecida recentemente, demarcada, como território indígena.

REUNIÃO: 21874 DATA: 22/06/2026 FL: 45 DE 64

Queríamos entender qual é o plano de vocês para isso.

Por que o território indígena não foi consultado? Há planos para consultar?

Lembrando que, se não foi consultado, é, inclusive, ilegal o que a Prefeitura está fazendo; e o Prefeito e a Loga vão responder em nível federal.

- Manifestação do público.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Se o senhor puder, responda somente isso.

O SR. FELIPE HOFFMANN PAULINO – Na verdade, a Prefeitura consultou a Funai.

- Manifestação do público.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Consultou a Funai? É isso que você está dizendo?

O SR. FELIPE HOFFMANN PAULINO – Isso.

Antes de começarmos, consultamos a Funai.

- Manifestação do público.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Está respondido.

O SR. THIAGO GUARANI – Pessoal, deixa eu explicar uma coisa para vocês.

Desde quando a ditadura militar acabou, nós, povos indígenas, não somos mais tutelados, nós somos sujeitos de direitos. Quem tem que ser consultados somos nós.

- Manifestação do público.

O SR. THIAGO GUARANI – Nós não somos tutelados pela Funai, nós somos sujeitos de direitos. Eu quero que isso fique bem claro para vocês.

O SR. FELIPE HOFFMANN PAULINO – Tá bom.

O SR. THIAGO GUARANI – Não somos tutelados pela Funai. Não somos tutelados por nenhum órgão.

E obrigado, Amanda, por vocês protocolarem o documento.

Eu quero que isso fique registrado também na ata: que nós, comunidade indígena, pedimos o auxílio de vocês para que a consulta seja livre, previamente informada e de boa-fé, que é o que nos garante a Convenção 69 da OIT e a Portaria Interministerial 060/2015. É direito

REUNIÃO: 21874 DATA: 22/06/2026 FL: 46 DE 64

constitucional, não é a Funai que tem que dizer para vocês.

Não adianta vocês irem lá – sei lá com qual amigo da Funai que vocês conversam – para dizerem para vocês o que pode ou não pode. O que está sendo afetada é a terra indígena. Somos nós que estamos sendo afetados, os nossos filhos, o nosso futuro.

- Manifestação do público.

O SR. THIAGO GUARANI – Então respeitem o nosso direito.

Nós não somos tutelados, somos um povo sujeito de direitos.

Nós não vivemos mais sob a ditadura.

- Manifestação do público.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Não tem que pedir desculpa. Obrigada.

Obrigada, Sr. Felipe. Está respondido.

- Público entoando grito de guerra: “Não, não, não à incineração!”

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, pessoal.

Vamos passar às falas.

Eu iria falar, mas o Thiago já respondeu.

Eu só queria deixar registrado que dói muito a Prefeitura de São Paulo, uma cidade que tem dezenas de povos indígenas, que tem uma grande população indígena do ponto de vista numérico, não saber a legislação sobre povos indígenas no Brasil. É o básico. Peçam para a Procuradoria, pelo amor de Deus. Desde 88 que não se pergunta mais para a Funai, pergunta-se para a liderança local. É muito triste isso.

Eu agradeço a honestidade da resposta, mas eu vou, inclusive, diante dela, manifestar-me para a própria Procuradoria do Município de São Paulo e relembrar o que é a legislação nacional sobre povos indígenas.

- Manifestação do público.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Eu vou passar a palavra para o Márcio, do Cinturão Verde. Depois é a Thaís Santos, do Quilombaque...

Não, antes disso, passo a palavra para a companheira Chirley Pankará, por dois

REUNIÃO: 21874 DATA: 22/06/2026 FL: 47 DE 64

minutos.

A SRA. CHIRLEY PANKARÁ – Boa noite a todas, a todos e a *todes*.

Boa noite às Vereadoras que compõem a Mesa. E saúdo os Vereadores na pessoa da Luana, do solo preto e indígena. Não é? Estamos juntas.

Eu sou a Chirley Pankará e venho trazer a questão do incinerador de lixo.

Gente, eu estou com a minha garganta toda zoada. Eu moro atrás de onde tem umas queimadas terríveis, que, além do poluir o nosso clima, nos adocece. Eu respiro fuligem o tempo inteiro. E além de um incinerador prejudicar as questões ambientais, o ar, vai prejudicar o solo.

Vocês já viram onde são queimadas essas coisas?

As árvores são os nossos ventiladores naturais. Vejam como elas se balançam para nos ventilar, para não sofrermos com esse calor excessivo que estamos tendo.

Estamos entrando no El Niño, que vai ser tão complicado, que é preciso ficar atento. E um incinerador como esse só vai agravar a situação das pessoas do bairro. Isso vai se estender para a comunidade, vai se estender para todos vocês. Essa fumaça vai alcançar a aldeia, vai prejudicar toda essa mãe terra. Então é lamentável pensar uma ideia como essa no bairro, nas proximidades das pessoas. É uma questão de saúde pública.

Para encerrar, minha parenta, eu vou cantar um toante.

Vou chamar os meus parentes para cantar um toante, para saudarmos, com a força também dos nossos encantados de luz. E com a nossa fé, com qualquer fé que tiverem, somem as fés, e venham conosco barrar toda essa necropolítica.

- Apresentação musical.

A SRA. CHIRLEY PANKARÁ – Não ao incinerador de lixo em Perus!

Estamos juntos, meu povo!

- Manifestação do público.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, companheira Chirley.

Agora é o Márcio, do Cinturão Verde.

Depois é a Thaís, do Quilombaque.

O SR. MÁRCIO BEZERRA – Boa noite.

Eu queria ser bem sintético, bem rápido, para não ser repetitivo, mas, diante de tantas mentiras que ouvimos – “Ah, é um equipamento caro. Fazer o quê? –, é imprescindível que falemos e relembremos alguma coisa.

Eu estou representando o Cinturão Verde Esperança, que é um grupo de Perus que trabalha num coletivo, principalmente em polinização, em escola, para pensarmos o meio ambiente, plantarmos e pensarmos no futuro das nossas crianças.

A Loga vem e fala: “Nós não vamos incinerar”.

Ué, mas lá no EIA-RIMA está escrito que, a 500 metros do incinerador, vai afetar diretamente a população.

Eles dizem que fizeram um estudo dos ventos. E a fumaça que sair, pelo estudo que fizeram – está lá escrito –, não vai para Perus, vai para o Jaraguá, vai para a terra indígena.

Quer dizer, lá não mora ninguém?

O que a Vereadora – não sei qual – lembrou é o Aterro Bandeirantes. A terra indígena fica cercada pela Anhanguera e pela Bandeirantes. O aterro vai se chamar Bandeirantes.

E é incrível a mentira que eles falam: “Nós não vamos incinerar, nós vamos construir um ecoparque”.

Ué, mas lá está escrito que eles vão mandar cinzas para Caieiras?

O lixão de Caieiras...

- Manifestação do público.

O SR. MÁRCIO BEZERRA – Isso: “Não tem resíduo”. E está escrito que as cinzas vão para Caieiras.

Eu vou concluir, dizendo: “Parem de mentir.”

Não vamos deixar, Vereadora Luana, que a força da grana destrua o futuro das nossas crianças. Não vamos deixar que a força da grana destrua a vida das pessoas da periferia. Se eles quiserem mesmo, quantas feiras livres tem em São Paulo por dia? Seria compostagem quase 100%. Nada é recolhido e nada é levado. Vamos começar pelo básico. E vamos parar de

REUNIÃO: 21874 DATA: 22/06/2026 FL: 49 DE 64

mentir. Eles têm dinheiro.

Esta semana passou um rapaz na minha casa, bateu palmas e gritou: “Prefeitura-Loga!”. Eu saí. Pensei: “Deve ser pegada, porque é mentira”. Aí ele falou assim: “Você sabe, não sei o quê?” Falei: “Sei”. “Você sabe do ecoparque?” Eu falei: “É lógico que eu sei. É aqui do lado da minha casa. A EMEF Philó construiu um ecoparque. Eu conheço o ecoparque.” Ele falou: “Não, não é assim, não, é o Bandeirantes”. Eu falei: “Ah, você está falando do incinerador que vai nos matar?” Ele falou: “É”. Aí o cara da Loga virou para mim e falou assim: “Você precisa estudar mais.” Eu falei: “E você precisa ganhar mais para estudar, porque, com o que a Loga está pagando, você não conseguiu estudar.”

Desculpe, eu não concluí na hora certa; mas é que é tanta mentira, tanta inverdade, que é difícil ficar calado. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, Márcio.

A Nathália está cumprindo o papel chato de falar “Conclua”.

Sr. Márcio, o seu relato é importante. E é importante que todo mundo compartilhe com os companheiros se mais episódios como esse acontecerem: de representantes da Loga irem às casas falando que é Prefeitura-Loga – muito sincero também –, tentando promover desinformação de casa em casa. Isso está acontecendo. E vamos todo mundo ficar muito atento.

Agora é a Thaís, do Quilombaque. E depois é a Andréia, de Barueri.

- Manifestação do público.

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Eu vou pedir também para que todos fiquem desse lado, por conta da companheira de tradução em Libras.

A SRA. THAÍS SANTOS – Salve! Boa noite a todos.

É muito importante a participação e a presença de vocês na Casa do Povo, representantes do povo pedindo uma pauta nossa. E é vergonhoso haver servidores públicos falando em prol de um... Olha, é vergonhoso. Vergonhoso e tão desnecessário que eu não sei como dorme em casa depois de falas como essas. Se tem filhos, não sei como consegue chegar em casa e falar para os seus filhos o que foi o seu trabalho hoje, porque não estamos falando só

de dinheiro, estamos falando de vidas, de pessoas que vão se envenenar, sim, com esse projeto.

E aí, de novo – aliás, sempre –, questionam o nosso conhecimento, o que devemos aprender para vir falar com pessoas como vocês.

Nós já temos esse conhecimento. Nós sabemos. E sabemos muito mais do que vocês até. Não estamos mais no lugar de: “Ah, você falou, e eu tenho que compreender”. Não, estivemos por muito pouco tempo. E avançamos, com conhecimento, para dizer que, sim, é uma combustão de resíduos sólidos que caracteriza incineração. Pode mudar o nome, mas vai gerar dioxina e furano. E no Brasil, sabemos disso, porque estamos em rede com o mundo, há outros incineradores com o termo URE. E esse termo para nós não é curiosidade, não; para a gente, é luta. Não é curiosidade saber que é URE; para a gente, o nome é incinerador. E incinerador que vai contaminar não só a nossa periferia, mas toda a São Paulo, em um momento de mudanças climáticas, num tempo em que temos que pensar no envio de dioxinas, furanos, CO2.

O que é isso? Estamos vindo de uma COP, um encontro mundial para falar. E vocês vêm no contrassenso, com retrocesso, com uma Prefeitura que engana, mente, que vai à nossa casa enganar os nossos pais e avós? É vergonhoso.

É uma lástima termos que estar aqui para reivindicar saúde e dignidade, ainda tendo que passar por racismo epistemológico – que é isso que o senhor acabou de fazer, ao achar que não sabemos o que está sendo implantado no nosso território.

- Manifestação do público.

A SRA. THAÍS SANTOS – Nós sabemos, sim. E sabemos há muito tempo.

E se você não sabe o que é racismo epistemológico, vá pesquisar.

- Manifestação do público.

A SRA. THAÍS SANTOS – Pessoal, mais do que nunca, nós precisamos de todos vocês, juntos, unidos. Esta é uma segunda-feira, no Centro de São Paulo, fria. Nós moramos na periferia, vamos voltar; e eles estão aqui do lado. Nós, mais do que nunca, vamos precisar de todos vocês, porque agora é em Perus, em São Mateus, mas, daqui a pouco, será na quebrada de vocês. Então, por favor, juntem-se a nós, juntem-se ao nosso movimento, espalhem essa

REUNIÃO: 21874 DATA: 22/06/2026 FL: 51 DE 64

ideia, porque a Prefeitura não vai conseguir o que está tentando fazer, porque nós somos muitos e vamos reivindicar até o fim. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, companheira Thaís.

Agora é a Andréia, representante de Barueri. E depois será a Renata, do MST.

Pessoal, eu sei que é chato, mas, se puderem, olhem para a plaquinha do tempo.

Valeu, companheirada.

A SRA. ANDRÉIA – Boa noite.

Eu estou muito feliz por ver este exemplo de poder popular.

Lá em Barueri, o projeto da URE começou em 2012. Aliás, um pouco antes já tinha essa conversa, mas a construção só começou mesmo no ano passado, e deve ficar pronta ano que vem. Eles usam também esse artifício de falar “Unidade de Recuperação Energética”, mas, do que nós chamamos mesmo, é usina de incineração de lixo, porque é isso que ela é.

E também temos essa questão dos termos trazidos pelos responsáveis pela empresa, dizendo que nós não sabemos, que precisamos estudar. Mas, enfim, quando a usina de incineração de lixo, lá em 2002, fez o seu estudo de impacto ambiental, o estudo foi tão porco, tão despreocupado com a inteligência da população – porque a população leu e entendeu, teve ajuda técnica para entender que aquele estudo foi muito mal feito –, que eles não disseram o que eles iriam fazer com as cinzas. E vi até o cartaz em relação às cinzas que vão ser mandadas.

Quero dizer que o incinerador é um equipamento caro, e que vão ampliar aterro para enterrar algo pior que lixo – porque, pior que enterrar lixo, é enterrar a cinza de lixo incinerado, ainda mais tóxica e tão perigosa quanto as toxinas que vão sair pela chaminé. Enfim. Que progresso é esse?

Se realmente temos que estar aqui para discutir algo que eles estão defendendo – tecnologia, sustentabilidade, economia circular –, é porque vai encher o bolso de alguém. É isso.

Eu estou muito feliz por ver a mobilização, que reconhece que isso não é economia circular, que isso não é futuro sustentável.

E chamo vocês para nos apoiarem na mobilização em Barueri.

Muito obrigada. (*Palmas*)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, Andréia.

Agora é a Renata, do MST; e, depois, a Juliana também.

A SRA. RENATA – Saudações, companheirada.

Foi boa a sua fala, hein, Luana? Que fantástico. Aliás, as falas de todo mundo.

Mas só quero dizer que trabalho, para além das questões econômicas, é a transformação da natureza e a transformação de nós. E nós, como Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, fazendo uma luta por terra, reforma agrária e socialismo – é importante colocar isso nesta noite de audiência pública... (*Palmas*) Nós, que estamos lutando – a classe trabalhadora, o povo sem-terra, quilombola...

Saibam que 43% da população brasileira estão pagando aluguel. Então 43% já estão sem terra. E estão produzindo trabalho na escala 7x0 nesses territórios.

Então é assim: se já temos esse pressuposto, e vimos que sofremos um racismo epistemológico, também não podemos permitir o racismo ambiental.

O que é que acontece? A Loga tem um contrato com a Prefeitura que é renovado automaticamente. Loga significa Logística Ambiental. E acho que poderíamos investigar como essa empresa está praticando racismo ambiental. E também poderíamos olhar esses contratos.

Como estamos na Casa do Povo, vamos fazer uso desse espaço. E acredito que seja possível nós nos atentarmos a essa questão.

E quanto ao povo trabalhador, [devemos] pensar que o conceito de ecoparque, eco qualquer coisa, está muito alinhado a um programa fascista – que gostamos de dar nome às coisas. E seguindo nessa perspectiva de dar nome às coisas, esse projeto da Loga trata de sustentabilidade hedonista. E hedonismo é aquela coisa imediata – como um incinerador: temos um lixo de uma superprodução...

Por exemplo, quando vamos ao supermercado, o que encontramos lá? Tudo, menos comida – a comida está em duas prateleiras; o resto são ultraprocessados, veneno.

Então, se estamos comendo veneno, sendo vítimas dessa indústria do agronegócio,

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 57

REUNIÃO: 21874 DATA: 22/06/2026 FL: 53 DE 64

vamos pensar – e temos projetos sobre isso – na redução de produção de lixo – que não deve ser atribuído ao cidadão, e, sim, às empresas, como Coca-Cola, McDonald's. (*Palmas*) Sabemos quem são os agentes. E sabemos que os Estados Unidos e a Europa não têm um modelo a ser seguido por nós, classe trabalhadora brasileira, que está cansada de ser o quintal dessa galera.

Estamos aqui para documentar. E para dizer que, se há mais mil projetos de incineração, temos mais mil lutas para fazer, com muita disposição e conhecimento, que não nos faltam, porque somos por cultura.

Eu sou atriz, agricultora. E a classe artística – como cooperativa de teatro – e toda a população estão muito ligadas ao que acontece nos nossos territórios. E estamos muito felizes por estar nesta Casa, por ouvir o pessoal que também está trabalhando. E acho que temos que aproveitar essa questão de estudar, ler.

Aliás, na região, estamos precisando de bibliotecas, de hospital, de escola. Já foi dito, não é? E temos disposição, inclusive, para construir os nossos espaços.

Para terminar, respeitando o tempo de fala, gostaria de dizer que não precisa ser técnico para saber que levamos um tempo para transformar a natureza. Uma alface leva 40 dias ali para nascer. (*Palmas*) Então podemos reciclar. E podemos solicitar a esta Casa concessão de uso da terra para a classe trabalhadora, não concessão de uso para destruição por essas empresas, que deveriam estar fazendo o seu trabalho com a classe trabalhadora.

E estamos muito atentos e atentas, despertos e despertadas para este projeto de fascismo, de capitalismo, que vem causando genocídios, massacres do nosso povo.

E estamos aqui para dizer: “Basta. Incinerador, não.”

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Muito bom. Obrigada, companheira Renata.

Agora, a companheira Juliana, do MST, e, depois, o Marcos Martins, representando a nossa valorosa Marina Silva.

A SRA. JULIANA – Boa noite, companheirada.

Vou me dirigir diretamente à Loga, aos representantes do Poder Público.

É muito triste ver vocês chegando aqui na frente com mentiras. Esse é o ponto

REUNIÃO: 21874 DATA: 22/06/2026 FL: 54 DE 64

principal. E queria poder dizer que é coragem, mas é puro fascismo mesmo, como a companheira que me antecedeu falou.

Estou muito contemplada com a fala da Luana, com a fala da Thaís, do Quilombaque, e de tantos outros companheiros, como os parentes guaranis.

Não existe nenhum estudo que comprove que o que será lançado no ar não cause influência na saúde humana, nos animais não humanos e no meio ambiente natural. Não existe. Isso é uma mentira. As partículas ultrafinas são bioacumulativas: acumulam-se no corpo, na nossa gordura, nos nossos pulmões, em todos os nossos sistemas; acumulam-se no meio ambiente natural – nas águas, nas florestas, nos nossos animais não humanos –; causam impacto na saúde, com maior incidência de câncer, AVC, doenças respiratórias, com prejuízo no desenvolvimento do infantil, com prejuízo no sistema reprodutivo dos animais humanos e não humanos. Então não tem como afirmar, em nenhum momento, que não existe risco à saúde. Isso é uma mentira. Teremos impacto.

Parte da população que realmente alimenta a sociedade é composta pelos pequenos agricultores, então estamos falando de impacto direto na produção de alimentos.

Nós consumimos alimentos do mercado – como a companheira Renata, que me antecedeu falou – que não são realmente alimentos, são ultraprocessados que fazem mal à saúde, que só aumentam a incidência de doenças.

A alimentação saudável vem do pequeno agricultor – como é o caso do Acampamento Irmã Alberta, em Perus; como é o caso de território indígena tradicional. Estamos no mesmo cinturão verde, no mesmo corredor ecológico. E faremos a defesa em conjunto.

Agora, aqui, é o momento dos povos: temos sem-terra, sem-teto, guaranis. E faremos, sim, essa defesa em conjunto com toda a comunidade de Perus.

É isso, gente. Obrigada. (*Palmas*)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, companheira Juliana.

Agora eu vou passar para o companheiro Marcos Martins, representando Marina Silva. (*Palmas*)

As inscrições se encerraram.

Peço para que todo mundo, mais uma vez, olhe para o nosso companheiro que está contando o tempo.

Obrigada, Marcos.

O SR. MARCO ANTONIO MILLS MARTINS – Pessoal, boa noite.

Estou representando o mandato da Deputada Federal Marina Silva, que está agora em Londres, lutando pelo Mapa do Caminho, pelo fim do uso de combustíveis fósseis.

Queria saudar a nossa Mesa, que é muito potente. E claro que eu percebi que é uma mesa da nossa federação – Rede PSOL. Quero saudar os nossos outros Vereadores que estiveram presentes; também a Vereadora Marina Bragante, de cujo mandato fiz parte, acompanhei esta luta.

Queria dizer que, apesar de uma fala mais técnica, é muito triste ver que a população se mobilizou, veio para cá, que os povos indígenas estão presentes – a Txai, o Thiago –, e vem o representante da Prefeitura falar que está todo mundo desinformado. É lamentável isso.

Enquanto o mundo inteiro está lutando contra os incineradores, acabando com eles – aqueles que fazem as boas práticas –, a cidade de São Paulo e o estado remam contra. Enquanto o Governo Federal está investindo nos catadores, na reciclagem – com o Pronarep, com o edital de cooperativas do MMA, com o Cataforte –, a cidade de São Paulo tem um contrato de lixo de 80 bilhões reais, feito sem participação social, que recicla 3% do lixo. Então existe alternativa.

Geração de riqueza é investir no catador, em reciclagem; a incineração é o pior modo de lidar com resíduos. Os nossos resíduos não são infinitos.

Ouvir também que os povos indígenas não foram considerados, que não houve estudos suficientes para a implantação desse projeto, foi uma forma flagrante de racismo ambiental. É muito triste.

Então quero olhar para essa plaquinha desse menino que veio aqui e falar para o Prefeito, para a Prefeitura, para o nosso Governador: “Não queimem o nosso futuro”. (Palmas)

E reforço o compromisso da Ministra Marina com o povo preto, com a população das periferias, com os povos indígenas e com o novo ciclo de prosperidade para o Estado de São Paulo. Que paremos com o retrocesso, porque é túnel, é desmatamento; tudo que está sendo feito na cidade de São Paulo e no estado agora está remando contra o combate às mudanças climáticas.

Obrigado. E incinerador, não! (*Palmas*)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, Marcos.

É fundamental a saudação da Ministra Marina.

Vou chamar a Patrícia, do mandato do Vereador Nabil Bonduki, do Sindsep; depois, o Rosalvo Cardoso, de Caieiras.

A SRA. PATRÍCIA SEPE – Boa noite a todas e a todos.

Represento o mandato do Vereador Nabil. E queria colocar o nosso mandato em solidariedade.

Já está numa luta incessante em São Mateus. O Vereador Hélio já colocou que o Vereador Nabil entrou, conjuntamente. E, em São Mateus, graças a Deus, encontramos uma Juíza que tem alguma consciência. E estamos ainda vencendo, porque o processo judicial em São Mateus está barrando o avanço do licenciamento.

Eu queria, em primeiro lugar, conclamar todo mundo, muito inspirados em vocês de Perus, para ampliar a luta contra os incineradores na cidade inteira – porque não é só em Perus, é em São Mateus, e vai ser em Santo Amaro. Precisamos formar uma grande frente para dizer que incinerador, não.

Diante de tudo o que foi falado, e falando em nome do Sindicato dos Trabalhadores, quero abordar uma questão crucial: trabalhadores da Prefeitura de São Paulo sofreram assédio moral no processo de licenciamento do incinerador, tanto em Perus quanto em São Mateus.

Estamos com a companheira Cira, funcionária de carreira, que foi totalmente assediada, e lutou bravamente dentro do Conselho da Unidade de Conservação de Perus. E o que aconteceu? Ela foi sumariamente afastada. E o Sindsep está apoiando.

Nós estamos com ação no Ministério Federal do Trabalho, da mesma forma que a companheira da luta em São Mateus. (*Palmas*)

A Prefeitura não age com transparência e ainda assedia os servidores. E esse também é um ponto, Vereadora Luana, que queremos apontar.

E reiterando: incinerador em nenhum lugar do mundo, principalmente na periferia de São Paulo. Obrigada. (*Palmas*)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, Patrícia.

É fundamental a denúncia. E vamos pensar em como encaminhá-la também pela Comissão de Direitos Humanos.

Vou passar para o Rosalvo Cardoso, representante de Caieiras, e, depois, para a companheira Dani Persinato.

O SR. ROSALVO CARDOSO DOS SANTOS – Boa noite a todos e a todes, à bancada de luta que temos nesta Casa e na Assembleia Legislativa.

Pessoal, eu moro em Caieiras, uma cidade vizinha a Perus, desde 1997.

Caieiras é uma cidade de 100.044 habitantes que possui um parque chamado Parque Estadual do Juquery, com bastantes animais – macacos, ouriços, lagartos, tatus, capivaras, pacas –, então um incinerador em Perus vai afetar a nossa região, vai afetar Caieiras também. Nós não estamos fora desse barco de vocês.

Portanto, incinerador nem em Perus, nem em São Mateus, nem em lugar nenhum do Brasil, porque é um crime contra a humanidade. (*Palmas*) Não é possível que, em pleno século XXI, numa cidade como São Paulo, a cidade mais rica do mundo, o Prefeito Ricardo Nunes querer implementar um incinerador para matar grande parte da população.

Eu trabalho em uma fábrica em Caieiras. E nessa fábrica tem uma lagoa onde, vira e mexe, quando o tempo está muito seco, vêm uns veados beber água na lagoa; os lagartos ficam transitando no chão, no pátio da fábrica; tem abelha jataí na parede da fábrica. Tudo isso vai ser afetado com o incinerador instalado em Perus. Por isso, a luta, o combate, tem que ser implacável e sem trégua contra esse Prefeito. (*Palmas*)

REUNIÃO: 21874 DATA: 22/06/2026 FL: 58 DE 64

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, Sr. Rosalvo.

Vou chamar a Dani Persinato; depois, o Mario Bortoto, representando também o território de Perus.

Bom, o companheiro Mario Bortoto assume o microfone.

O SR. MARIO BORTOTO – Boa noite.

É muito bonito ver a população aqui na sua Casa e os nossos representantes que são a nosso favor – embora alguns, infelizmente, inclusive do nosso território, sejam traíras. E é importante lembrarmos esses nomes na eleição.

Mas eu queria falar para esse senhor da SP Regula – que, infelizmente, veio em nome do Prefeito – que é uma vergonha. É uma vergonha o coitado do senhor funcionário público vir aqui passar vexame com esse discurso.

Eu falo diretamente para o Prefeito: gostaria que o Prefeito viesse responder a nós e à Loga por que, em 20 anos de contrato, só conseguiu reciclar 2 a 3% do lixo da cidade de São Paulo. Quantos bilhões eles receberam? É uma vergonha 3% de reciclagem em uma cidade como essa. E mais: esse contrato, renovado sem licitação, é outra vergonha.

A justiça deveria prender o Prefeito e esse pessoal, porque fizeram um contrato sem licitação que não previa incinerador – não estava previsto no primeiro contrato. Ele acrescentou, aditou o contrato em bilhões. O Prefeito tem que nos explicar por que ele não investe na coleta seletiva dos catadores, no salário dos catadores.

O Ministério Público e o Tribunal de Contas do Município vão deixar isso impune?

É uma vergonha, mas nós estamos na luta. O movimento de Perus está crescendo. E vamos organizar o Estado de São Paulo, para impedir qualquer incinerador no Brasil.

Obrigado! (*Palmas*)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Grande.

Obrigada, companheiro Mario. Excelente.

Agora, a Ilza Donizetti, que é Conselheira do Meio Ambiente território Itaim Paulista.
Depois, o Pedro Salf, do Movimento Esquerda Socialista.

A SRA. ILZA DONIZETTI – Obrigada. Boa noite.

Eu me sinto honrada por estar diante de vocês, principalmente com essa Mesa lindíssima. Aprendi bastante, e estou aprendendo ainda, apesar da minha idade.

Nós ficamos aqui, e em todas as plenárias de São Mateus, citando a Leni, o Marcos, o Gui. Teve um dia que saímos daqui e já era mais de meia-noite, até desligaram o ar-condicionado. E ficamos aqui. Resistimos. *(Palmas)* E preciso atentar a vocês, para que não aconteça o que aconteceu naquela época, quando nós fomos traídos.

Eu espero, sinceramente, que esta Mesa esteja junto. Mas temos que depender de nós mesmos: fazemos os grupos de WhatsApp, avisar, chamar todo mundo para ir a Perus. Precisamos fazer isso com urgência, para ontem.

Eu queria dizer que esse governo está planejando isso há muito tempo. E fez o seguinte: engessou todos os conselhos de meio ambiente do município de São Paulo. Isso já foi denunciado – estivemos no gabinete da Luana e do Toninho. Nós fomos engessados. Nós não fazemos nada, são eles que fazem.

A SECLIMA faz, a Secretaria do Meio Ambiente põe os POTs para fazerem, mas nós não atuamos nem para ajudar em Perus, como a colega Conselheira falou. Nós não temos braços. E isso se chama assédio organizacional.

Ao contrário do amigo, eu não estudei muito, mas tenho um pouquinho de inteligência e leio um pouquinho. Obrigada. *(Palmas)*

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, D. Ilza.

Agora é o Pedro Salf, do Movimento Esquerda Socialista. Depois, o Daniel Werá, representando os guaranis.

O SR. PEDRO SALT – Boa noite, pessoal.

Eu queria passar o entendimento também de que o homem veio falar dessa questão de que a gente não tem um plano de gestão de resíduos; ele falou que foi feito o Planares.

O Planares foi lançado no Governo Bolsonaro, depois de uma outra lei que foi lançada, o Novo Marco Legal do Saneamento Básico, que são estruturas neoliberais de gestão

do saneamento básico que entregam a gestão para setores privados, articulam a colocação para o mercado privado e fazem a regulação jurídica. O novo marco do saneamento privatizou a Sabesp em São Paulo.

Eu quero falar para você que o novo marco do saneamento e o Planares têm que ser revogados, porque esses planos não servem à população, servem ao capital privado, aos grandes investidores, aos investidores estrangeiros. *(Palmas)* Nós queremos gestão popular dos resíduos. Precisamos de uma gestão soberana dos resíduos sólidos no nosso país. Precisamos revogar o novo teto de gastos, para pararmos de entregar a gestão da nossa vida para o setor privado. Precisamos poder colocar a mão na massa, como uma nação de verdade, em vez de ficar entregando tudo. *(Palmas)* Precisamos de um sistema único de saneamento básico.

Vocês conhecem o SUS? O SUS está subfinanciado. É por isso que é tão difícil, às vezes, sermos atendido. Dessa mesma forma, o SUS também está sendo sucateado, para entregar uma fatia do mercado da saúde ao setor privado. E a mesma coisa acontece no setor de saneamento.

Nós queremos gestão soberana da saúde, porque gestão de resíduos é saúde!

Obrigado. *(Palmas)*

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Grande Pedro Salf.

Obrigada, companheiro.

Agora é o Daniel Werá, também representando os guaranis.

E, para finalizar, Deni, do Semad PT.

O SR. DANIEL WERÁ – *Nhande pyntu ju.*

Feliz, mais uma vez, de estar participando junto com a união de todos os povos. Estamos nos levantando.

Há 526 anos chegou o conto de Pedrinho e os três barquinhos, contando uma mentira. E mais uma mentira estão vindo contar.

E a pergunta que fica é: vocês reciclam também? Vocês incineram o lixo na casa de vocês?

Já foi falado – não precisamos falar muita coisa. Vamos deixar aqui a voz da floresta, a voz da solução, para um território melhor.

- Apresentação musical. (*Palmas*)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada.

Salve os povos originários. Salve a nossa força.

O SR. DANIEL WERÁ – Não existe diálogo sem dialogar com a floresta. Só existe um modo de se viver nesse território: é entendendo como a terra fala e conversa conosco. E isso só nos ouvindo, de verdade, abrindo o coração.

Eu sei o quanto é difícil chegar aqui e ter que explicar um monte de coisa. Mas vocês não foram ao território. Viajaram o mundo inteiro – foram para a China, para um monte de lugar –, mas ao território vocês não foram. E é só dialogar. (*Palmas*)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, companheirada.

Para finalizar, o companheiro Deni, da Semad PT.

O SR. DENI – Boa noite, pessoal. Tudo bem com vocês?

- Manifestação do público.

O SR. DENI – Pessoal, eu vou falar sobre o manifesto da Semad, em defesa das periferias, da vida e do meio ambiente, contra os incineradores.

Incineração não é a solução. A Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento – Semad PT – repudia o modelo de gestão de resíduos da Prefeitura de Ricardo Nunes, marcado por retrocessos ambientais graves, enquanto enfrentamos uma emergência climática, com chuvas que provocam enchentes e ventanias intensas, levando patrimônio e até vidas.

A atual gestão fragiliza o Plano Diretor e ignora a preservação urbana.

Precisamos de políticas que enfrentam a crise climática, não de medidas que aumentem a poluição e a insegurança da nossa cidade.

Gestão de risco e infraestrutura verde: a precária gestão da arborização e a falta de monitoramento das árvores agravam ainda mais os danos. O corte de recursos para os projetos

REUNIÃO: 21874 DATA: 22/06/2026 FL: 62 DE 64

contra enchentes configura omissão administrativa, é crime de prevaricação e penalização as periferias. É urgente retomar a implantação dos parques lineares, proposta no PDE da Gestão Marta Suplicy, com CCAs para reflorestamento das margens e para o controle de cheias.

Gestão de resíduos e retrocessos: a negligência com o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e a proposta de ampliação de aterros e instalação de incineradores em áreas como Perus, São Mateus e Santo Amaro são retrocessos graves. Rejeitamos infraestruturas que ameaçam a saúde pública e ignoram a emergência climática em prol de interesse meramente comerciais.

Pessoal, vidas pretas importam. Vidas indígenas importam.

Parem de nos matar, Ricardo Nunes e Tarcísio! (*Palmas*)

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Obrigada, Deni.

Eu queria mais uma vez agradecer muito a presença de cada pessoa, de cada movimento social, dos meus colegas, dos representantes da Prefeitura – que bom que vieram – e também de todo mundo que falou.

Mostramos muita força nesta noite, mas a nossa batalha vai ser longa. Mas sempre lutamos.

Sobre os encaminhamentos, eu queria falar muito rapidamente algumas coisas.

Algumas pessoas do movimento nos procuraram para lembrar que há um PL do Cinturão Verde Guarani que ainda tramita nesta Casa – ainda não foi plenamente aprovado. E com as bancadas aqui presentes, vamos, mais uma vez, olhar em que condição está esse PL. E vamos lutar para pautá-lo na Casa. Está bom?

Não é fácil, precisamos de muito apoio popular, mas essa foi uma das coisas pedidas. E é importante dizer a vocês que vamos encaminhar, mesmo sabendo que o ritmo da Câmara é mais lento.

Eu queria trazer também a vocês que vários mandatos já estão com ações na Justiça, no Ministério Público e no Tribunal de Contas. Essas ações estão tramitando. Então já acionamos os órgãos de controle – tanto o órgão auxiliar da Câmara, que é o Tribunal de Contas do

REUNIÃO: 21874 DATA: 22/06/2026 FL: 63 DE 64

Município, quanto o próprio Ministério Público.

Quanto à questão do plebiscito, nós também vamos reivindicar para que a Prefeitura o faça.

Eu queria explicar uma coisa para todo mundo: um plebiscito pode ser feito oficialmente pela Prefeitura, com a estrutura da Prefeitura – as pessoas vão votar nas subprefeituras, nos espaços públicos. Nós vamos reivindicar isso.

Essa gestão não usa plebiscito porque não é uma gestão democrática; mas, pela lei, pode fazer. É uma das possibilidades que a Prefeitura tem.

Vamos reivindicar o plebiscito. Mas conhecemos o Prefeito.

E enquanto não chama, queria fazer um convite, uma convocação, um chamado para que todos nós, como movimentos sociais, façamos o nosso plebiscito. O nosso plebiscito popular, territorial, em Perus, sobre esse incinerador. Porque, se eles sabem bater de casa em casa, tentando convencer as pessoas que é bom respirar gás tóxico, o movimento social também sabe bater de casa em casa para falar para as pessoas se defenderem. É esse pedido que eu queria encaminhar com vocês.

Temos diversos movimentos sociais aqui presentes – MTST, MST, movimentos ambientais, a Rede Emancipa também está nessa batalha –, então também conseguimos bater de casa em casa e perguntar a opinião das pessoas, falar com os vizinhos e organizar um plebiscito social, feito pela população. É importante que consigamos fazer isso.

O movimento contra o incinerador em Perus vai seguir fazendo reuniões. E é importante que todo mundo participe – as reuniões são presenciais, são *on-line*. É importante que consigamos organizar esse plebiscito popular enquanto cobramos o plebiscito oficial da Prefeitura.

Não aceitamos incinerador nas periferias! Eles que construam nos bairros onde mora o Prefeito, onde mora o diretor da Loga, onde moram os ricos desta cidade, e não na periferia. Já que é ótimo, já que é seguro, que façam onde tem rico, e não nas periferias, e não contra povos indígenas, e não contra o povo preto!

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 68

REUNIÃO: 21874 DATA: 22/06/2026 FL: 64 DE 64

Obrigada, companheiros. Declaro encerrada esta audiência. (*Palmas*)

Eu queria que todo mundo gritasse: “Não, não, não à incineração!”

- Público entoia grito de guerra: “Não, não, não à incineração!”

A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) – Salve, companheirada.

Parabéns a todos. (*Palmas*)